

D A Y S E O L I V E I R A

*Aos meus pais, grandes guerreiros, meu primeiro  
exemplo de força e resistência*



Introdução	5
Capítulo 1 – Caminhos para o Caps	15
Capítulo 2 – A Moda como Instrumento de Inclusão	51
Capítulo 3 – A Construção da Própria Identidade	83
Capítulo 4 – Para falar de Inclusão	111
Capítulo 5 – Impressões do outro Lado	139
(Des) Construção do Jornalismo	155
Fotografias	161
Bibliografia	179

Ilustração de capa: Vanderli Tomaz

Montagem de capa: Rogério Pixote

Diagramação: Rogério Pixote

Revisão: Édson Correia

Oliveira, Dayse Pereira de.

A Moda no Molde da Mente: Construindo  
uma Nova Identidade Social / Dayse Pereira de Oliveira. --  
São Paulo, 2010.

183p.

Livro-reportagem (Graduação em Jornalismo)  
– Universidade de Santo Amaro - UNISA

1. Inclusão Social. 2. Transtornos Mentais.  
3. Moda.

I. Título.

D A Y S E O L I V E I R A

*“Não concordo com uma só palavra do que dizeis,  
mas defenderei até a morte vosso direito de dizê-lo”*

*Voltaire*



## Introdução

“A Saúde não dá conta da loucura”. Não, leitor. Os substantivos não estão invertidos e nem a frase foi dita sem uma prévia reflexão de sua autora, a terapeuta ocupacional Márcia Pompermayer. Embora curta, tem extensa complexidade. A loucura, justificada como ausência de equilíbrio entre as faculdades mentais ou ausência da razão, esteve durante séculos sob custódia das Ciências Médicas, sendo estudada exclusivamente por seus aspectos biológicos. Dessa forma, as intersecções com todas as outras ciências foram excluídas ou postas a certa distância.

A limitação da loucura trouxe “mais deficiências” aos envolvidos: o portador de transtorno mental, que além dos maus tratos sofridos, carrega ainda um rótulo fixado por outros; e para a própria sociedade, que também partiu desse olhar médico para tirar conclusões sobre algo ainda não desvendado. Como resultado dessa parcialidade, os ditos insanos passaram centenas de anos



atrás de muros altos, isolados da sociedade racional.

Nos porões do Hospital Psiquiátrico de Engenho de Dentro, a partir da década de 40, a psiquiatra Nise da Silveira aproximou a loucura e arte, propôs um convívio entre ambos, possibilitou criações artísticas àqueles que viviam longe da razão. Embora não desejasse revelar artistas – e nunca tenha usado disso para arrecadar fundos –, a médica não pode segurar o resultado das sessões terapêuticas atrás das paredes de concreto. Ganhou as ruas, atingiu algumas mentes.

As iniciativas não cessaram. Ao contrário, desde 1986 quando foi inaugurado o primeiro Centro de Atenção Psicossocial (CAPs) no Brasil, pipocam oficinas que aproximam sociedade e as pessoas que estão em tratamento mental, ainda que com atuação limitada. O empecilho deixou de ser as trancas e cadeados. O empecilho deixou de ser concreto e palpável, o que é também um fator de dificuldade.

Há 21 anos, a cidade de Santos vem assistindo a uma mudança social protagonizada por loucos. São



diversas atividades promovidas pelo Projeto Tam Tam, que explicita no nome a população que atende. Nascido dentro de um hospital psiquiátrico e com a colaboração do arte-educador Renato Di Renzo, a Organização Não Governamental já atuou como emissora radiofônica<sup>1</sup>, teatro, música, pintura e outras mais. Fizeram dos participantes “loucutores” de rádio, artistas, atores.

Quem visita a cidade de Santos, pode participar da Noite Tam Tam, aos sábados, no Café Teatro Rolidei – Teatro Municipal Brás Cubas. Por lá, é possível conhecer o Doutor Tam Tam, personagem vivido por Rúbio, usuário da Saúde Mental e integrante do Projeto. Durante a festa, o “médico” promove os seus diagnósticos, sempre após um breve exame no crânio do paciente. No seu diagnóstico prevê o tamanho da loucura do outro ou se é preciso medicamentos para criá-la.

O projeto Tam Tam ainda não tem sede fixa, enfrenta dificuldades financeiras e de pessoal e tem o

1 O Rádio Tam Tam ficou internacionalmente conhecida, tornando-se objeto de estudo tanto a profissionais da imprensa como das Ciências Médicas.



projeto parado na prefeitura de Santos há mais de um ano. Aprendeu, no entanto, a lidar com essas barreiras e conseguiu instalar na cidade litorânea uma cultura de inclusão do diferente. Prova disso é o reconhecimento que a população local tem com relação ao Projeto, freqüentado não só por usuários da Saúde Mental e seus familiares, mas por turistas e moradores da baixada.

Na capital paulista, a instalação desta cultura é um pouco mais lenta e difícil, por conta da dimensão geográfica e o número populacional elevado. Parcialmente, os CAPs são responsáveis também pela inclusão dos portadores de transtornos mentais no meio. Tanto é que são distribuídos por região de até 400 mil habitantes e visam adaptar-se àquele círculo. O aparelho, no entanto, é insuficiente para que a interação entre as partes aconteça. Sua presença estática se limita a atingir o que está a sua volta.

Um grupo ousou aproximar a loucura de outra arte: a moda. Embora essa dupla pareça totalmente descombinada, visto que a Moda impera com seus

padrões estéticos e excludentes, foi justamente na desarmonia que aconteceu o encaixe entre ambas. Se era necessário quebrar paradigmas, modificar valores, revir conceitos para que houvesse uma real inclusão de pessoas já inseridas no meio, porém sem a ele pertencer, a moda trouxe a possibilidade dessa quebra de uma forma mais ajustada, bonita.

Com isso, o grupo visa trabalhar a identidade, que começa pelo próprio nome da grife: Dasdoida. A nomenclatura carrega o estereótipo que foi colocado neles, mas que agora fazem questão de se assumirem como tais. É a construção de uma identidade pelos atores da história, e não por terceiros como aconteceu ao longo dos anos. Tomam o lugar de protagonistas.

A inserção, no entanto, precisa ser gradativa. Colocar sociedade e loucos em contato não é o suficiente para criar um relacionamento entre as partes. Mais que isso, é necessário criar um sentido e estimular a vontade de interação entre os dois. Precisa ser desejado! Para isso, a Dasdoida devolve aos seus integrantes o significado de



pertencimento social e, por sua vez, mostra à sociedade a produção que estas mãos são capazes, contribuindo assim para o grupo inteiro.

Situado no interior do CAPs Itapeva, na região da Bela Vista, o grupo tem atuação limitada, o que prejudica muito seu objetivo de integração com a sociedade. Além disso, a produção não é linear – há dias que nenhuma peça é produzida – pois depende diretamente do estado emocional dos produtores.

Não dá para negar, no entanto, que passos significativos estão sendo dados, gerando discussões e visibilidade ao tema. O presente livro, fruto de um Trabalho de Conclusão de Curso, tem por objetivo contribuir para o debate acerca das possíveis maneiras de inclusão. A falta de conhecimento do tema abre portas para a reprodução de preconceitos. Já a informação tem poder de ampliar a visão, ampliar o repertório e as reflexões necessárias. E discutir inclusão também não é uma temática restrita à Saúde – ou não deveria ser. O jornalismo, que possui tão ampla visibilidade social, pode

também contribuir para que o debate ocorra e que isso leve ao crescimento do conjunto (neste caso, a sociedade como um todo).

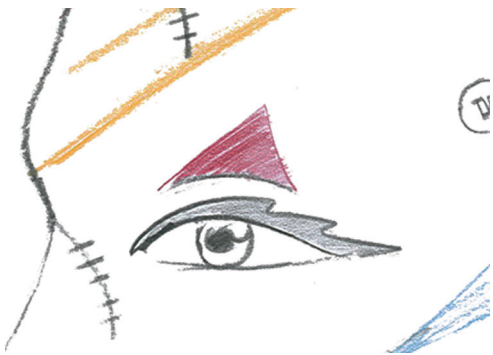
No decorrer deste livro, histórias que se iniciaram a quilômetros de distância e se encontraram, não somente por afinidade de seus protagonistas, mas em nome de uma luta em nada silenciosa. O movimento para inserção social parte do excluído, eufórico por ser visto com novos olhos. Fizeram da moda a opção para (re) colocar-se no meio em que se tornaram invisíveis. Suas armas resumem-se a linhas, agulhas, tecidos e sede de uma participação real.

Constroem, dessa maneira, a identidade perdida ao longo dos séculos. Os degraus a serem superados são muitos: adequação ao mercado de trabalho, a própria aceitação das limitações, medicamentos com menos reações. O principal, no entanto, fica por conta do relacionamento, indispensável a qualquer humano.

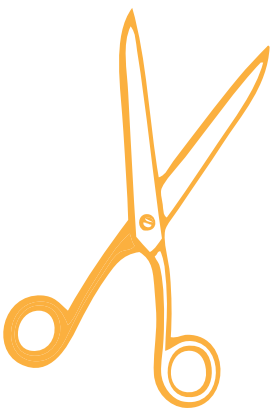
Em grupo, ganham as ruas com suas roupas “esquisitizadas”, com seus modelos fora de forma e

de padrões. Sai fazendo festa, chamando atenção, orgulhando-se da condição que virou oportunidade de trabalhar a loucura dos usuários e a sanidade da sociedade. Os que vêem essa caravana passando podem discordar de Lima Barreto, em seu livro Triste Fim de Policarpo Quaresma: “De todas as coisas tristes de ver, no mundo, a mais triste é a loucura; é a mais depressora e pungente.” Para eles, esta é a mais alegre de todas as coisas, pois foi modificada em oportunidade e autonomia a cada um.





# CAPÍTULO 1





Caminhos para o Caps

São aproximadamente 35 quilômetros entre a Cidade Tiradentes, bairro da zona leste de São Paulo, e a Avenida Paulista, na região central da cidade. O trajeto, quando se depende do transporte público, fica ainda mais longo e consome, em média, duas horas entre ônibus e metrô. Ainda assim, muitos paulistanos percorrem essa distância diariamente, seja para trabalho ou para lazer. A Avenida Paulista é uma das principais vias da cidade, por onde circulam cerca de 1,5 milhão de pessoas diariamente. Com tanta gente assim, o resultado óbvio são ônibus abarrotados de gente, passageiros prensados nas portas e vãos do transporte.

Uma dessas pessoas que precisa atravessar a cidade diariamente se chama Shirley Eduarda, que faz questão que todos conheçam a composição de seu nome. Mostrando a falha nos dentes da frente e diminuindo ainda mais seus pequeninos olhos, ela pertence ao pequeno grupo que consegue fazer todo o trajeto com sorriso nos lábios. Sai de casa por volta das 10 horas – horário em que o fluxo de transporte já começa a diminuir

– e caminha poucos passos até o ponto de ônibus mais próximo de seu apartamento. Lá, ela pode ver que seu bairro ainda é um contraste com o centro da cidade. Seus olhos podem atingir as ruas vizinhas que ainda não estão asfaltadas, os pequenos e carentes comércios que rodeiam o Condomínio Granada, onde mora há três anos.

O condomínio mostra um portão já enferrujado e descascado, resultado da exposição ao tempo, sem que ninguém fizesse manutenção. A campainha está quebrada, mas ninguém sabe ao certo quem foi. Sendo assim, para cruzar o grande portão de ferro é necessário apenas alguma força para empurrá-lo. Não há ninguém que anuncie a chegada de um visitante ou que verifique se os moradores estão em casa. Pequenos degraus de escada revestidos com um piso marrom claro recebem quem chega logo na entrada, acompanhado por um grande vaso de planta, e só atrás de um pequeno muro azul, também afetado pela ação do tempo, que se podem começar a ver os pequenos apartamentos, divididos em alas A e B. É preciso atravessar o corredor da ala B para chegar à A.

Subindo os degraus é possível perceber que há um clima de medo ou insegurança no local. Boa parte das portas está atrás de grades de ferro ou madeira, que garantem alguma proteção. O número 42, no entanto, não é assim. Sem grades, apenas o trinco da porta preserva aquela moradia. Talvez isso tenha a ver com a personalidade da moradora, sempre tão aberta ao mundo e aos outros, sempre tão sedenta por se relacionar.

No interior do lar, um sofá azul de dois lugares é decorado com almofadas coloridas, todas com bordados diferentes. Shirley explica logo que não é produção sua, mas que as comprou no Brás, bairro paulista famoso por oferecer produtos a baixo custo. De frente, duas cadeiras na cor tabaco ajudam a preencher a sala, e a forma como estão arranjadas convida a uma boa conversa. No canto da parede que faz divisa com o quarto de solteiro, um pequeno móvel apoia diversos quadros com fotografias. Há imagens de sua família “de criação”, como ela define, do seu namorado Fábio, e de seus amigos da Oficina Experimental de Moda Dasdoida, grupo do qual participa

no Centro de Atenção Psicossocial Professor Luis da Rocha Cerqueira. Ao lado da mesinha está o interfone, útil apenas para trocar informações com seus vizinhos.

Shirley Eduarda dos Santos tem 40 anos e adora receber visitas. Para ela, mostrar o “lugarzinho” que conquistou com dificuldade é motivo de um orgulho que não cabe em lugar algum. Nem mesmo nela. E faz questão de que se explore cada cantinho da casa. São dois quartos, um de casal e outro de solteiro, um pequeno banheiro em reforma, uma cozinha e a sala onde está o sofá azul. O telefone recém instalado ainda está sobre a cadeira e este é outro avanço do qual ela se orgulha. “Escolhi o mais simples que tinha na loja para que eu não tivesse problemas”, conta. E solta uma gargalhada alta, intensa, gostosa.

Amante do ritmo acelerado de São Paulo, Shirley não é da capital do estado mais populoso do Brasil. Nascida no ano de 1970, permaneceu, até os quatro anos de idade, na cidade de Campinas, interior paulista. De lá, a pouca idade não permitiu que carregasse muitas lembranças.

Tem memória apenas de seu pai “que bebia muito” e que a levou a um orfanato na cidade de Barretos, após o falecimento de sua mãe, que já andava bastante doente. Não consegue resgatar a idade de seus irmãos, nem se eram mais velhos que ela. Sua lembrança se restringe ao fato de que eram quatro e todos homens. Para ela, sua infância começa, mesmo, dentro do orfanato que se tornou sua casa, mas do qual ela não se recorda do nome ou do bairro em que era situado.

Entretanto, das traquinagens ela se lembra bem. Tanto que diz que nada era difícil durante esse período. “Era hiper gostoso”, define, com olhar longínquo, como que buscando na mente os fragmentos do passado. E brinca quando diz que foi a última das crianças a ser adotada, ainda assim contra a sua vontade. No lugar hoje funciona uma creche pública e, ao lado, está uma “casa onde ficam crianças para serem adotadas”, explica ela, evitando usar a palavra orfanato neste momento.

Sua adoção aconteceu somente aos dez anos de idade, quando o advogado Dr. Paulo Pinto Neto,

que já mantinha um relacionamento próximo a Shirley Eduarda, por ser responsável pelo intermédio com as famílias que desejavam adotar a menina, decide levá-la consigo e possibilitar a ela um novo lar. A família morava em Jaborandi, outra cidade paulista, que passou a ser o novo endereço de Shirley. Agora, era necessário se adaptar novamente à estrutura familiar padrão: pai, mãe e três irmãos – duas meninas e um rapaz. E com eles seriam os próximos 14 anos de sua vida, parte importante na sua formação como indivíduo e na construção de sua personalidade. Ela é grata por esse período: “eles me deram estudo, me ajudaram a me formar, a me conhecer”, conta.

Por iniciativa de seus familiares, Shirley já uniu o Ensino Médio regular a um curso de magistério, que ela também lembra gostar muito, principalmente por lhe “preencher bastante o dia”. E foi o mesmo motivo que a levou a cursar Letras, com ênfase em inglês, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Bebedouro (Fafibe). Tanto que, quando questionada sobre a escolha



da profissão, ela não tem argumentos. “Foram eles que me pediram pra fazer, e eu fiz”. De certa forma, era uma espécie de gratidão à família que já tinha feito tanto por ela.

No entanto, essa ausência de autonomia para atitudes, para escolhas, fez com que, aos 24 anos, a jovem deixasse a cidade de Bebedouro, brigada com os pais, e fosse buscar na capital o sonho da liberdade. Shirley não gosta muito de falar sobre o assunto. Mostra alguma culpa ou medo da incompreensão de quem a ouve. Por isso, ela prefere não explicitar o motivo da desavença. Então conta que sempre disse aos pais que viria para a cidade de São Paulo, que era um lugar que – mesmo sem conhecer – tinha a cara dela, e que ela compraria um apartamento lá (e daí surge o orgulho da conquista). Os pais, porém, diziam que a capital era uma “loucura” e que ela não conseguiria ficar muito tempo. Shirley é, até hoje, apaixonada por esta “loucura” e pela correria urbana. Ainda no interior, conseguiu juntar dinheiro com seu próprio trabalho, dando aulas de Língua Portuguesa. E

foi com sua “poupança” montada que partiu, deixando já agendado o encontro com uma amiga que morava na capital.

Em São Paulo, morou em diferentes bairros. Primeiro Moema, depois Brooklin, Luz, Ipiranga e, finalmente, Cidade Tiradentes. Viveu em pensões, dividiu quartos, quase passou fome. Mas fez muitas amizades também. Recusou-se a aprender as perversidades que a vida na cidade grande impõe. Preferiu manter o jeito característico de interior, de ajudar a quem fosse e de ser honesta a qualquer preço.

Já são 16 anos da chamada “vida nova”. Desses, há dez Shirley Eduarda dos Santos é usuária do Centro de Atenção Psicossocial Professor Luis da Rocha Cerqueira, mais conhecido como Caps Itapeva, situado na Rua Itapeva com a Rua Carlos Comenale, na Bela Vista. O lugar funciona desde 1987 e leva o nome de um psiquiatra alagoano, que atuou pela chamada Psiquiatria Social no Brasil. É, ainda, o primeiro local que, por iniciativa do governo do Estado de São Paulo, propõe-se a cuidar de

pessoas que estão em sofrimento psíquico em regime de externato.

## História de um sobretudo

A pensão destoa do restante da paisagem. Os muros pintados de textura cor-de-rosa se destacam em meio a tantos outros neutros e lisos. A aparência é de uma casinha velha, com um pequeno portão de metal onde é possível ler o número 399. Ainda considerado um bairro de classe média, a Pompéia vem apresentando algumas mudanças significativas, o que permitiu que uma população mais rica lá se instalasse. O bairro está situado entre os distritos da Lapa e Perdizes. Nesse ambiente é que mora, há dois anos, Júlio César Lima de Souza, 29 anos.

Seu quarto é o último do corredor. O banheiro e a cozinha são compartilhados com os outros moradores. A

porta é de madeira pintada de um azul claro, diferente do azul que colore a parede. Um trinco frágil e um cadeado pequeno são responsáveis por fechar seu lar. Lá dentro, poucos móveis no espaço pequeno. Uma cama com lençol vermelho e, na parede, uma prateleira de madeira, onde está pendurada sua toalha branca. No canto direito há uma cômoda antiga, com um grande adesivo preto onde se lê: “Se beber, não dirija”. Sobre ela, dois xampus, uma vasilha azul de sorvete que serve para guardar os seus medicamentos, um rolo de papel higiênico, um copo de plástico roxo e um pacote de suco em pó aberto. Ao lado, mas já colocados no chão, dois pratos brancos decorados por corações azuis e uma frigideira preta. Os produtos de limpeza se resumem a um tubo de detergente e uma pequena bucha. As paredes são de uma cor clara, quase branca. O forro do telhado é forrado por tábuas de cor marfim. Mesmo com uma aparente precariedade de recursos, o aluguel do quarto custa R\$ 250,00 e é pago pelo pai de Júlio. A alimentação e despesas básicas, como as duas cartelas de cigarro que Julio consome todos os



dias, são pagas por sua mãe. Ela o visita semanalmente no Caps Itapeva, lugar que já se tornou referência para o rapaz, seu ambiente de convivência. Os pais se separaram desde o seu nascimento, em 31 de agosto de 1981.

Julio é paulistano e tem na pele a cor misturada do brasileiro. Os olhos são negros e, geralmente, não conseguem se fixar em um ponto. Embora profundo, seu olhar não é focado, não é dirigido. No entanto, contraditoriamente, penetra as pessoas, como se pudesse enxergar além dos corpos e pudesse ver as camadas mais profundas que as estruturam. A barba, de grossos fios negros, está sempre grande e preenche boa parte do rosto, caindo inclusive por cima dos lábios. Na orelha direita, um brinco de argola prata dá um ar de descontração ao visual, juntamente com os cabelos arrepiados.

Julio ganhou responsabilidade ainda quando menino. Com pouca idade, aos 14 anos, começou a trabalhar como vendedor de sorvetes nas ruas, quando ainda morava com a mãe no bairro da Consolação. Depois foi vendedor de bananas na feira, lavador de carros e,

como diz, “não parou mais”. Se a responsabilidade veio cedo, a maturidade para administrar o pouco dinheiro que ganhou não chegou ao mesmo tempo. As queixas dele até hoje são as mesmas de há 15 anos: “Eu estourei todo o meu dinheiro com drogas”. Julio descobriu o efeito dos entorpecentes junto a magia do rock’n roll, ambos apresentados por seus primos, de onde surgiu seu estilo “dark”: colares grandes, roupas de cores fortes – o preto e o vermelho quase sempre estão em alguma peça – e símbolos de caveiras e cruzes são estampados em tecidos ou acessórios. O gosto musical aparece em forma de presente, também dado pelos primos: o CD Ultra da banda inglesa Depeche Mode. Com a adesão ao rock vieram as visitas aos cemitérios nas madrugadas paulistanas. Sobre as tumbas, o grupo regava a roda de conversa com muito vinho. Por vezes, era lá mesmo, entre as covas e sob a luz da lua, que aconteciam as relações sexuais com garotas. O importante era viver sem medo a escuridão das trevas.

Como consequência da vida boêmia, as brigas em casa passaram a ser frequentes e o relacionamento com



a mãe e os irmãos, com quem morava, foi ficando cada vez mais delicado. Tanto que, aos 17 anos de idade, Julio decidiu sair de casa para morar com a namorada de 14 anos. Ele alega a falta de compreensão da mãe como principal motivo para essa fuga e diz que, desde então, o relacionamento entre eles nunca mais foi bom. O “casamento” dos adolescentes durou pouco, apenas dois anos. Começou aí uma fase difícil a Julio, já que, além da adaptação a uma vida sozinho, ele começou a arcar com despesas de moradia e alimentação, itens que ainda estavam sob a custódia de seus sogros. Como solução, o roqueiro encontrou uma pensão para morar e passou a viver de pequenos trabalhos, mantendo ainda o histórico desregrado de orçamento financeiro.

Não houve interrupção do uso de drogas. O álcool, a maconha, a cocaína fazia parte do cotidiano do rapaz que sonhava ser músico. Os efeitos do vício eram as brigas frequentes noite afora com donos de boates, gerentes de bares e até com os responsáveis pelas pensões por onde passou. Julio se julga injustiçado o tempo inteiro. Para



ele, os desentendimentos sempre surgiram do outro e prefere não dar muitos detalhes a respeito do assunto. Diz apenas estar proibido de ir a alguns lugares, como no balada Madame Satã, no centro de São Paulo, de onde saiu ameaçado de morte.

De tantas confusões resultou a primeira internação de Julio César. Bastante alcoolizado quando foi levado pela ambulância, ele diz não entender porque o levaram para um hospital, sendo que “todo mundo tem direito a tomar um pouco de 51”. De suas inúmeras passagens por hospitais psiquiátricos surgiu a guia de encaminhamento para o Caps Itapeva, onde ingressaria no ano de 2002 e permanece como paciente até os dias de hoje, tendo o lugar já como uma segunda casa, um local de trabalho talvez. Suas visitas às proximidades da Avenida Paulista duram pouco, menos de 30 minutos, e acontecem diariamente. Foi lá que ele desenvolveu seus trabalhos na área da música, recebeu incentivo para ampliar suas ideias e gravar suas primeiras músicas. Mais que ajuda, ele criou vínculos, fez amizades, constituiu

relacionamentos. Conheceu inclusive a cantora Shirley Eduarda, com quem participaria mais tarde no grupo de moda Dasdoida.

## Pequenas aberturas à sociedade

Há uma cerca que o divide do mundo, que o separa, que o segrega. Há uma barreira que ele afirma ser intransponível e quer que assim continue para que ninguém dele se aproxime e tente conhecer um pouco de quem é. O rosto é tão enigmático quanto as palavras que diz. É necessária uma atenção extra para que se encaixem as palavras e se consiga entender o que, de fato, ele quer dizer. Seu nome é Vanderli Tomaz Ferreira e o corpo grande não condiz com os 23 anos marcados nos documentos. Por onde passa, chama a atenção com sua bolsa usada de lado e decorada por desenhos pintados à mão. Embora de estatura baixa – não passa de

1,65 m –, jamais passaria despercebido. Ombros largos, braços musculosos e uma barriga saliente, que salta pela calça marcando a camiseta, chamam a atenção dos transeuntes. A pele é negra e tem traços fortes, como o nariz largo e os lábios espaçados que ocupam grande parte do rosto arredondado. O andar é sempre veloz, como se o atraso fosse frequente. É difícil, porém, vê-lo não cumprir horários. Ao contrário, ele corre justamente para que não precise se preocupar com a agenda. Gosta de se sentir responsável. Os óculos não podem esconder a intensidade de seu olhar, tão profundo que parece despir o objeto olhado. Enquanto fala, os olhos cavam, buscam respostas às perguntas que ainda não foram feitas, dúvidas que incomodam sua mente, mas que ele prefere não dizer.

Vanderli é mineiro, da cidade de Baependi. Foi o penúltimo filho de uma sequência de quase 15, número que nenhum familiar está seguro ao dizer. A incerteza parte de seu pai, homem interiorano, forte e viril, que foi casado com mais de uma mulher e foi pai já na terceira



idade, aos 73 anos. Embora não haja limites de idade para um homem ser pai, sabe-se que, com o avançar dos anos, a probabilidade de engravidar a parceria vai diminuindo, uma vez que a produção de testosterona tende a cair. Conviveu pouco com os filhos pequenos. A morte veio logo, quando o menino Vanderli mal tinha completado cinco anos de idade. O falecimento interfere diretamente na estrutura familiar. A mãe, de quem se sabe muito pouco, não possuía estrutura financeira e psicológica para cuidar das crianças. Não das duas. Por esse motivo, pouco depois de ter feito aniversário, o pequeno foi adotado por Maria Elza Ferreira, sua irmã mais velha por parte de pai. Já casada e mãe de dois filhos, a irmã o levou para São Paulo. Sua família cresceu. Para Vanderli, sua infância ganhava outro contorno naquele momento.

O grandecentro urbano não o espantou. Aliás, Elza – como prefere ser chamada – conta que sua adaptação foi bastante veloz, inclusive. E ganhou uma infância repleta de brincadeiras, de companhias, de atenção. A família era pobre; portanto, não havia brinquedos sofisticados

ou passeios frequentes. Mas para a imaginação de Vanderli, uma simples escada podia ser uma montanha a ser escalada, que merecia a exploração em cada uma de suas pontas. Foi um período saudável e tranquilo para a família Ferreira. Moravam em um barraco de madeira no bairro Vaz de Lima, periferia na zona sul de São Paulo, próximo ao Parque Santo Antônio.

Elza sempre foi a mãe de Vanderli, embora este nunca tenha a chamado como tal. Orgulhava-se de ver as criações que o garoto fazia, sempre habilidoso para as artes. Não hesitou, portanto, quando seu marido, funcionário público, trouxe a notícia de que tinha descoberto um lugar para desenvolver o dom do, agora jovem, Vanderli. Eles haviam descoberto a Oficina Experimental de Moda Dasdoida, grupo que se reunia todas as segundas e quintas-feiras no Centro de Atenção Psicossocial Professor Luis da Rocha Cerqueira, ou simplesmente Caps Itapeva. Era um grupo que se reunia para experimentar a moda, para experimentar gente, para se relacionar. Era o que a família buscava há tempos,

aflita por ver um talento grandioso como o de Vanderli ir escorrendo pelo ralo por falta de oportunidades. Esse encontro aconteceu já em 2010, quando o sonho de cursar Moda e vir a ser um estilista de sucesso, melhorando a condição social de sua família, já estava construído. Entende-se, portanto, porque a adesão foi imediata. E, apesar da distância do centro da cidade, Elza, Vanderli e Ana – também irmã dos dois – passam a percorrer o trajeto semanalmente, abrindo portas além do mercado da moda, mas também no mercado da saúde, no mercado da integração humana.

## Retrato de um modelo carcerário

As grades e portões de ferro impediam o contato com o mundo externo. Os muros serviam também para lembrar que ali estavam cidadãos em reabilitação, que deveriam ser separados do restante da sociedade. No



interior, celas que lembravam as prisões, divisões de grupos, de horários, catalogação de pessoas. O sistema manicomial no mundo é carregado dessas características, da dor e de um grito surdo, bastante longe dos ouvidos sociais. O Brasil é herdeiro do modelo europeu, já excludente e desumano. Quando escreve sua obra *A História da Loucura*, o filósofo francês Michel Foucault explica que o “louco” é herdeiro do estigma causado pela lepra, doença que foi caracterizada durante muito tempo como um castigo divino. Assim sendo, a loucura nasce muito mais como uma consequência de uma vida de pecados do que, de fato, como uma patologia. A Medicina só vai se apropriar das chamadas doenças do cérebro mais tarde, o que também é parte essencial para que se entenda o olhar social construído acerca do homem em estado de transtorno psíquico.

O primeiro manicômio brasileiro surge em 1852, na Praia Vermelha, Rio de Janeiro. O lugar, mais tarde, será considerado chave para se entender a luta travada contra este sistema. O modelo trazia a mesma filosofia

do europeu: era necessário afastar o doente do convívio familiar e social para que se iniciasse o tratamento adequado. Não que isso previsse a série de maus tratos que implicaria no dito tratamento mais tarde, mas para os conhecimentos científicos da época com relação às psicopatologias era bastante coerente, uma vez que o doente mental era visto como alguém incapaz de dominar seus pensamentos e instintos, incapaz de conviver em sociedade. Desde então, o sistema manicomial no Brasil cresceu muito e, portanto, deu lugar a um negócio lucrativo. Quando particulares, os hospitais psiquiátricos eram caros e poucas famílias podiam pagar pelos cuidados aos seus doentes. Quando público, o valor que o governo investia por interno era altíssimo e nem sempre equivalia aos gastos que a instituição tinha com ele.

Mais tarde viriam as constantes denúncias de maus tratos, resultantes desse modelo que tentava ser eficiente para o doente – que se encontrava internado buscando uma cura, que ainda não se sabia possível – e também à sociedade, pois limava do convívio aqueles a



quem julgava inaptos ao convívio. Para alguns estudiosos da causa, ainda faltava um olhar mais atencioso para os portadores de doenças mentais. A Medicina se voltava quase que exclusivamente para a patologia, buscando incessantemente as causas que pudessem desembocar na moléstia. Ou seja, o homem deixava de ser o humano que possuía a doença e passava a ser a própria doença, que deixava de ser um estado para ser sua principal identidade. Por essa ótica é fácil compreender que os experimentos feitos na busca pela cura não foram projetos mirabolantes de médicos que queriam arruinar a espécie humana. Mas aconteceram na direção da melhoria, de uma condição melhor àqueles internos.

E nascem técnicas tais como o choque (eletroconvulsoterapia ou ECT), o choque insulínico e a lobotomia, pioneiros entre outros tratamentos para curar a doença mental. Em comum, traziam os efeitos colaterais que perduravam dias e que, algumas vezes, tinham consequências para o resto da vida do paciente. O choque foi fortemente difundido, tanto que sua



imagem é rapidamente atribuída ao louco, como se ambos estivessem estritamente ligados. A imagem de um paciente uniformizado deitado em uma maca branca na sala fechada com um médico devidamente uniformizado – com distinção clara entre a vestimenta dos dois – com o equipamento para aplicação do choque em suas têmporas se tornou clássica e inconfundível.

A ferramenta tinha o objetivo de agir no cérebro por meio de correntes elétricas e deveria ser aplicada em baixa voltagem em intervalos espaçados. No entanto, a ECT passa a ser utilizada de forma abusiva e, por vezes, como castigo por maus comportamentos dos internos. O resultado eram fortes dores por todo o corpo, vômitos, diarreia. A longo prazo, era comum a perda de fragmentos da memória ou até dificuldades em estabelecer raciocínios lógicos. O autor do livro Canto dos Malditos, Austregésilo Carrano Bueno, narra sua experiência dentro dos hospícios onde foi internado, enquanto esperava pela aplicação da eletroconvulsoterapia: “Sentidos se misturam, batidas cardíacas invadem a audição.

Aspirada a respiração não é... é entrouxada. Os nervos já não tremem... dão solavancos. A espera está acabando. Ouço barulho de rodinhas”.

Carrano, como passou a ser conhecido, foi o maior ícone da luta antimanicomial no Brasil, movimento que nasce em 1987 com o Encontro dos Trabalhadores da Saúde Mental, em Bauru, São Paulo. O movimento parte de um olhar cuidadoso dos atores já envolvidos com a causa manicomial e também de uma leitura da evolução do tratamento no mundo. O modelo contra a hospitalização já acontecia nos Estados Unidos, Inglaterra e Itália, sendo este último o país ao qual o brasileiro mais se aproxima. Desde sua concepção, o movimento carrega a bandeira “Por uma Sociedade sem Manicômios”. Ou seja, é uma luta contra as trancas que impedem que qualquer ser humano esteja integrado ao restante da sociedade, que possa viver em comunidade, crescer e se desenvolver com os seus pares. É também a briga por uma lente nova com relação à loucura, para que o paciente deixe de ser visto como o ser perigoso que põe em risco a vida dos demais



e que possa ser considerado tão comum como qualquer outro cidadão. Como prova disso, os protagonistas do movimento antimanicomial brasileiro são os próprios usuários da saúde mental, juntamente aos seus familiares, médicos e demais envolvidos. A mesma sociedade que os julgou incapazes de dominar suas faculdades mentais agora assiste a uma revolução despontada por eles.

No clima de denúncias é que, em 1987, um ano antes da luta ser oficializada como movimento, é criado o primeiro Centro de Atenção Psicossocial brasileiro. É batizado com o nome de um médico e militante da Psiquiatria Social, Professor Luis da Rocha Cerqueira. Desde sua concepção ele ficaria conhecido como Caps Itapeva, por estar no encontro desta rua com a Rua Carlos Comenale, na região da Bela Vista, em São Paulo. O espaço representa uma grande mudança no tratamento psiquiátrico no País.

Foi a primeira vez que, via instituição pública, um equipamento em regime de externato é montado para

atender as pessoas em sofrimento psíquico<sup>2</sup>. Mais que um espaço de reabilitação, a implementação do Caps simbolizava um ganho de autonomia na história dessas pessoas. História que não vinha sendo escrita por elas, mas sobre elas. Como eram consideradas incapazes de utilizar plenamente suas faculdades mentais, não possuíam condições de analisarem a si próprias. Isso permitia que a sociedade dita sã fosse a narradora da identidade da loucura, ainda que não vivesse as experiências pelos quais tiveram que passar.

Os muros já não são tão altos como os de um hospital, embora ainda estejam lá. As grades também estão. Mas já não há trancas para dividir doentes de sãos, para proteger a eles nem à sociedade. Não há mais necessidade de proteção. As cores frias dão lugar ao colorido da entrada. Portas e janelas estão simultaneamente abertas, convidativas. Chamam os transeuntes a conhecerem o lugar, mas chamam também

2 Já havia, no Rio de Janeiro, desde 1956, o experimento da Casa das Palmeiras, obra da psiquiatra alagoana Nise da Silveira.

os de dentro a saírem, ganhar o mundo, (re) conquistar espaços. As grandes janelas de madeira, pintadas de um tom escuro de marrom lembram as construções antigas. E as flores que crescem sob as vidraças e colorem a paisagem ajudam a compor o bonito ambiente.

Há sempre um segurança guardando a entrada. No entanto, seu papel hoje gira em torno de direcionar a população dentro da vastidão do prédio. Ele deixou de ser o guardião da loucura, a figura situada na fronteira entre a insanidade e a “normalidade”. Tanto é que os três homens que se revezam na portaria conhecem praticamente todos os pacientes do Caps. E os chamam pelo nome. Essa proximidade entre as duas partes que compõe a instituição também é um avanço, uma conquista.

Quanto aos manicômios, o contato entre ambos se restringia à entrada do considerado enfermo na instituição – geralmente acompanhado de outros, já que a internação voluntária é raríssima – ou no momento em que recebia alta. Nesse modelo, o segurança era uma barreira a ser vencida, era o guardião da liberdade.



Embora implícita, eis uma mudança significativa para a (re) construção de valores e identidade da pessoa com transtorno psíquico.

Outro ganho social é o controle das ações, a autonomia de horários e a possibilidade de estabelecer a própria rotina. Para que o tratamento aconteça é necessária a vontade do paciente, assim como em qualquer outra patologia, afinal, é preciso que o doente aceite as quimioterapias para tratar o câncer ou utilize os coquetéis para o HIV.

Isso significa que ele não será preso ou isolado por não querer ingerir a medicação considerada adequada pelo médico. A instituição tem obrigação de dar o suporte, de oferecer todas as condições para que o tratamento aconteça da melhor maneira e que os melhores resultados surjam. No entanto, a consciência de sua condição e a adesão à proposta passa pelo desejo do paciente. Eis uma grande diferença, já que nos sanatórios eram exclusivamente os médicos quem escolhiam os caminhos para o tratamento. E dessa prática surgiu uma

série de questões que levaram ao abuso na utilização de determinados recursos ditos terapêuticos.

Algumas substâncias que atuam no controle das alucinações, por exemplo, devem ser tomadas com dosagem adequada. O excesso, no entanto, é capaz de deixar o corpo apático, com funcionamento lento e forças reduzidas. E um corpo nessas condições é mais fácil de ser controlado. Ou seja, em um ambiente superlotado e com um número de médicos não proporcional, o controle da força se torna uma alternativa de sobrevivência.

### Um espaço de inclusão

Quem cruza a entrada do Caps Itapeva pela primeira vez praticamente não consegue distinguir médicos de pacientes em tratamentos. A começar pela nomenclatura: são todos usuários da saúde mental, uma vez que todos estão ligados à causa, são seus dependentes.

A distinção entre quem dá o cuidado e quem o recebe não existe. A relação de poder, embora esteja presente pelo fato de que o médico possui as ferramentas que auxiliarão no tratamento, é menor. Os membros da equipe dirigente estão misturados ao corpo de pacientes, que são reconhecidos pelo nome, pelo perfil, pela identidade constituída junto àquele grupo.

Além de se igualarem na terminologia, não há mais uniformes em cores que os segmentam. O branco não é só usado por médicos, enfermeiros ou assistentes sociais. Mas pode estar presente nas vestimentas da Shirley Eduarda, do Julio César ou do Vanderli Thomaz, desde que esses a tenham escolhido. Afinal, a roupa é parte da personalidade da pessoa que frequenta o lugar e não pode ser ignorada.

É por meio de seu modo de se vestir que é possível detectar que Julio é fã de rock. É por estar de vestido colorido que se pode perceber que Shirley passou mais tempo se arrumando que o comum, por ter acordado de bom humor. É pela escolha de uma camisa social que



Vanderli explica que irá trabalhar logo após sair do Caps.

A possibilidade de escolher como ser visto pela sociedade trouxe a ideia de como trabalhar o visual. E não somente o visual que envolve o corpo ou que pode ser anexado à pessoa. Mas é trabalhar pela construção de uma nova identidade, pela negação do já estabelecido estereótipo. Trabalhar justamente em cima dos valores sociais estabelecidos, não para reforçá-los, mas partir deles para se reafirmar enquanto pessoa e enquanto ser pertencente à sociedade como um todo. É a inclusão acontecendo por meio de retalhos, roupas, colares, acessórios... Trabalhando o olhar interno por meio dos olhos externos.

Com essa proposta, em meados de 2007, começa a movimentação para o que viria a se estabelecer quase um ano depois como Oficina Experimental de Moda Dasdoida, iniciativa que tem caráter prioritariamente terapêutico. Mas a terapia não é restrita aos frequentadores do Caps Itapeva. Ela extrapola os limites daqueles muros e aplica terapia à sociedade que assiste ao protagonismo dos



usuários da saúde mental. Seu nome é baseado no famoso complexo de luxo Daslu, grife que atinge apenas a parcela mais rica da sociedade, direcionada para um nicho. Daslu remete a luxo, glamour, dinheiro. Da invocação dessa marca, utilizando seu prefixo, surge a outra: Dasdoida. A nova é feita para todos, e para que atinja seu objetivo de renovação de um olhar é necessário que atinja a todos.

Nasce em um galpão antigo, uma sala que parece inutilizada devido à desarrumação que apresenta. São móveis deslocados, objetos guardados e empoeirados. Pilhas com cadeiras antigas, peças de computadores provavelmente quebradas, caixas de madeira e de papelão. No canto, uma porta branca onde se lê “Banheiro Feminino – Caps Itapeva”. Sua pouca iluminação faz lembrar um velho sótão, com telhas cinza antigas e algumas vidraças trincadas. O lugar está, inclusive, separado da parte principal do prédio, chamado de casarão. Fica nos fundos, depois de um corredor estreito.

Além dessa sala, a Dasdoida tem outro ambiente para desenvolver sua moda. No centro há uma grande

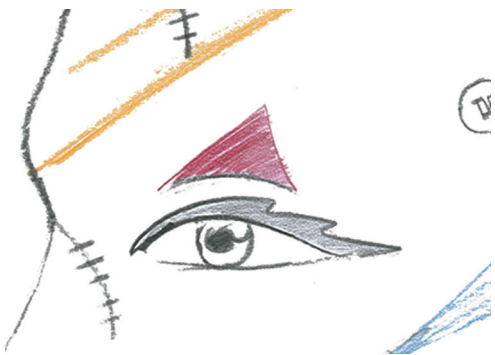


mesa de madeira antiga, onde se sentam uma dúzia de pessoas e sobre a qual estão postos linhas, tecidos, botões e todo o material utilizado para confeccionar os produtos. No fundo, três armários guardam o que não está sendo utilizado, sendo dois de uma madeira do mesmo tom da mesa e outro de aço cinza claro, quase azul. Um pouco acima da janela branca, sempre aberta, a parede tem um pequeno pedaço mofo, resultante da exposição à umidade. Na outra parede, a mesma da porta de entrada, há uma estante com dezenas de livros antigos, principalmente enciclopédias. Ao lado dos armários, um manequim traça uma roupa de carnaval, com uma pena verde na cabeça e um vestido colorido. É necessário subir mais de 20 degraus de escada para alcançar o ambiente.

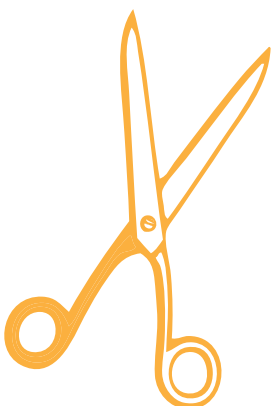
Às segundas e quintas-feiras, esses espaços ganham vida, ganham cor e ganham sons. Deixam de ser estáticos para penetrar em cada peça ali produzida. É um espaço de relacionamento, de troca constante entre amigos. É desse conjunto de paredes amarelas que nasce a força que possibilita um grito diferente, não mais com

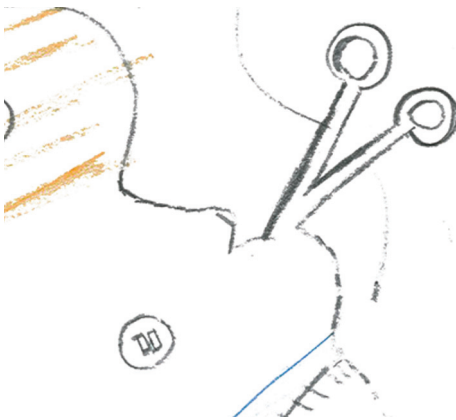
a força do desespero, mas um grito coletivo pela (re) conquista do “eu”.

Optaram pela moda enquanto ferramenta para esta luta. Enxergaram nela a possibilidade de mudar a si e ao outro. A ação, no entanto, não depende exclusivamente das escolhas que estes atores fizeram. O meio externo também tem papel decisivo para que possam alcançar seus objetivos.



# CAPÍTULO 2





A moda como o instru-  
mento de inclusão

“Você acha que eu posso fazer moda?” A frase poderia ser dita por qualquer pré-universitário, interessado neste glamoroso e competitivo mercado. Assim, isolada, é impossível compreender o cenário e a significância com que foi expressa. Mas essa frase foi dita minutos antes de seu autor entrar na passarela e se colocar à prova para uma plateia que já ansiava por vê-lo. Alguém discursava do lado de fora do camarim improvisado, entreendendo as pessoas durante os minutos de atraso. Elas não pareciam incomodadas, porém. Concentravam-se nas palavras com interesse, curiosas pelo desenrolar dos acontecimentos.

Atrás da portinha de madeira, um gabinete de cozinha servia como mesa de apoio e depósito de roupas e utensílios a serem utilizados durante o desfile. Sobre ela, maquiagens coloridas, colares, pulseiras, chapéus, coletes e saias. As peças ajudavam a compor o visual dos bastidores, que era demarcado por um pano branco com a estampa da grife. Homens e mulheres dividiam o espaço. Ali, o verde combinava com o rosa, com o roxo. O

vermelho se sobrepunha ao laranja, brincando de misturar os tons. Tanta cor só não combinava com o concreto duro e cinza, sem vida, com o chão de mármore frio, mas era fundamental para humanizar aquele ambiente. Na entrada, sobre um pedaço de madeira, uma bandeira do Brasil com três estrelas ao centro era a guardiã do espaço, cumpria seu papel de cortina, prestes a ser aberta para o início do espetáculo.

A voz grossa era responsável pelas risadas altas. Embaixo do braço, a pasta preta, companheira constante, trazia desenhos de longas datas. Ele os mostrava ansioso, afoito, pedinte de elogios. Eram figuras coloridas e bem vestidas, trajando longos vestidos cor-de-rosa ou envoltas em grossos casacos de inverno. Eram mais de 50 páginas, todas feitas a lápis, com seu nome assinado no fim: Vanderli Tomaz.

Contente com o reconhecimento dos presentes, com as expressões de espanto diante de suas obras de arte, Vanderli abandona a pasta sobre a mesa que fica no canto da sala. Agora é o momento de se entreter

com o seu celular. Na telinha, um vídeo curto com suas performances de capoeirista. Pernas para o ar, mãos cravadas no gramado verde, pulos altos e chutes que alcançavam a própria cabeça. As façanhas enchiam de orgulho seu autor, que se desculpava por ter saído da boa forma física: “Agora eu não consigo mais, porque dei uma engordadinha. Mas vou fazer um regime”.

Pausa. Era o momento de fazer a maquiagem. Importante tirar o brilho excessivo da testa e molhar um pouco os lábios, para um efeito mais agradável perante o público. Sentado de olhos fechados, seus pés mexiam-se insistentemente, revelando a grande necessidade de movimentação que guardava dentro de si. A tensão também se explicava pelo frequente entra e sai de pernas apressadas, pela conversa que não cessava, pelos flashes que eram disparados dos lados, de cima e também de frente. Esses últimos, porém, eram os que menos incomodavam. Como a maioria dos modelos, Vanderli adora ser fotografado.

De volta, aproveita o desvio de atenção dos demais

e lança no ar uma pergunta: “Você é preconceituosa?” Ainda que sem saber o intuito real daquela questão, a autora sussurra um “não”. Não demora, contudo, até que ele explique a situação e o motivo de uma indagação tão direta: “Eu sou esquizofrênico! Quer dizer, eu já fui, mas hoje eu já estou curado”. A afirmação veio acompanhada de um largo sorriso, com direito a olhos diminuindo e todo o semblante sendo modificado. Era um sorriso que pedia aceitação, que clamava por uma compreensão não encontrada com frequência. Era um apelo a normalidade escondida atrás da tradicional nomenclatura psiquiátrica.

Na camiseta amarela que Vanderli usa, um gato verde salta da frase: “Dia Mundial da Saúde Mental”. É um gato magro, com olhos também verdes e patas finas. Acima dele, em letra cursiva e no mesmo tom, é possível ler “Nise da Silveira”. O nome tem carga forte, traz com sua pronúncia muito da história da Psiquiatria no Brasil, de suas transformações, de sua reforma. Abaixo do felino desenhado, veem-se as letras se unindo: d a s d o i d a. Estão ao contrário e formam um semicírculo.



Como já está perto do abdômen, o tecido começa a criar ondulação nesse ponto. Sobre o amarelo, está um colete cinza, com pequenos bolsos nas laterais e com o mesmo símbolo impresso, porém dessa vez em branco. Na cabeça, um boné todo preto, de pano, dá o acabamento ao visual. Mas nada por aqui pode ser comum, dentro dos moldes sociais estabelecidos para a normalidade. Por isso, a calça branca é franzida até o joelho em uma das pernas. Um colar azul e branco se junta a outro laranja e verde. Ordem? Não há. Cada um é responsável por criar seu estilo, por usar aquilo que melhor combina ou que nem combina. O importante mesmo é que se escolha o que usar. São mais de vinte pessoas na pequena sala retangular. Enquanto uns se maquiam, outros mudam a roupa, outros organizam acessórios para que fique mais fácil de encontrar aquele que mais “combina” com a vestimenta. Há, ainda, os que apenas conversam. Estes narram a sensação de desfilar, de ser o foco de atenção por alguns instantes. As falas se cruzam o tempo inteiro, pois o ambiente compacto aproxima ainda mais o grupo.

Quando escolhem o que usar, não é apenas para uma validação do outro, para despertar olhares externos. Todo o casamento de tons, de peças, de itens passa também por uma reconstrução da própria personalidade, do sentido social que aquele momento carrega. Afinal, o ato de escolher traz poder, traz força e autonomia. A possibilidade de fazer valer o seu desejo reflete a importância social que lhes é atribuída, faz parte da reconstrução de suas identidades.

Os tons neutros do início vão, dessa forma, ganhando as cadeiras e perdendo o formato dos corpos. Nestes, agora há vivacidade de cores, de contrastes que revelam um pouco do interior daquele indivíduo. Daniela Andrade – ou Dani – se despe do colete verde sobre a blusa branca e escolhe um vestido tubinho preto. Nas mãos, uma sacola curta cru, pintada com tintura vermelha. No pescoço, um longo colar de fuxico<sup>3</sup> cai sobre o vestido, bastante colorido. Os lábios pintados de rosa se destacam no rosto claro, magro. A boca não consegue parar de

---

3      Retalho de tecido costurado em formato de flor.

sorrir.

Eles esperavam em fila o momento de inaugurar a passarela, de ganhar os aplausos negados por tantos anos de uma história sofrida. Os olhos refletem a ansiedade interna. Enquanto esperam, ouvem Alessandro Faria Araújo – ou Aleçandro Dasdoida, como se aut nomeou – discursar sobre o desfile que acontecerá em instantes. Por entre as cadeiras, passa Manoel Moura, também integrante do grupo, oferecendo pulseiras chamadas de “sintominhas”. Ele faz o convite: “Vista seu sintoma e alivie sua loucura, sua consciência”. Com um pedaço de elástico branco, os sintominhas são retalhos de tecidos cortados de maneira circular, com fisionomias. É possível adquirir raiva, alegria, tristeza, fúria ou qualquer outra variação de humor.

Os primeiros pés estão descalçados. A pele é branca e resalta os restos de esmalte vermelho que restam nas unhas por fazer. Uma saia preta, com flores azuis, amarelas e verdes se prende à cintura, além de uma blusa de mangas curtas na cor bege salta de seu interior. Ela

abre o caminho para os próximos pés, pernas, conjuntos de corpos ali unidos pela moda, pela inclusão, pelo invisível. A música de fundo dá ainda mais movimento ao trajeto. E cada um a sente de um jeito. Alguns passam por ela como se nem a ouvissem. Outros param. Escutam-na e dançam. Não há ordem. A regra é a ausência de normas, é a possibilidade de que cada um invente seu molde para o momento. Lígia Saad, por exemplo, entra com seu fantoche na mão direita e com ele rodopia pelo corredor, diante de a todos, apresentando-o como se faz com qualquer amigo. Ela usa uma faixa amarela e preta na cabeça, do mesmo tom que o boné de seu companheiro, que é neste momento parte integrante do seu corpo. Outro elemento que segura a atenção dos que assistem ao desfile é o manto de Bispo do Rosário<sup>4</sup>, feito de tecido branco e com as pontas em listrado de amarelo com azul.

A roupa impressiona mais pela simbologia que traz

---

4 Bispo do Rosário foi um artista plástico brasileiro que passou a maior parte de sua vida atrás de muros de manicômios. Tornou-se referência tanto para estudos da arte, como da própria loucura.



do que por seu aspecto estético, já que é uma das peças menos coloridas da coleção. Ao microfone, Julia Catunda, psiquiatra e integrante da Oficina Experimental de Moda Dasdoida, contextualiza: “Todos podem notar que trabalhamos com um número muito grande de artistas. São pessoas que precisam ser acompanhadas”. Antes que o debate se inicie, uma última atração proporcionada pelos usuários do Caps Itapeva: o vozeirão de Shirley Eduarda vai ganhar o ambiente. E ela começa com seu hino evangélico preferido:

“Eu achei  
Sim, eu achei  
Uma fonte em que me satisfiz.  
Quando encontrei  
A Jesus, meu Rei  
Foi o dia mais feliz (...)”

Depois de um farto sorriso e de um sonoro “obrigada”, está aberto o debate sobre a Reforma

Psiquiátrica, a Dasdoida e as Novas Tecnologias de Saúde. É hora do retorno ao bastidor, do retorno às roupas comuns, retorno ao anonimato de fora das passarelas. A sensação, porém, essa é maior que o espaço e o tempo do desfile. Ela ultrapassa aquilo que é físico, palpável. Dá para perceber que a energia que os envolve é diferente da do início. Deixaram o papel de coadjuvantes dentro de sua própria história para assumirem o papel central, escrevendo assim as próprias linhas.

### **A arte nascida atrás dos muros**

Foi também num galpão que se iniciou uma revolução no tratamento psiquiátrico no Brasil. No espaço esquecido dentro do Hospital Psiquiátrico de Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro, uma médica começou a inversão dos já estabelecidos papéis. Ousou apagar a linha que dividia a normalidade da loucura,



possibilitando, assim, a convivência entre ambas.

Nascida em 15 de fevereiro de 1908, Nise da Silveira, alagoana, médica psiquiatra pela Faculdade de Medicina da Bahia, teve como palco de suas ações a cidade do Rio de Janeiro, no antigo Centro Psiquiátrico Nacional de Engenho de Dentro. No espaço menos cobiçado pelo corpo de médicos, Nise encontrou a oportunidade para desenvolver meios de compreender a lógica que regia a mente dos que ali estavam internados. Como instrumento, optou por pincéis, telas brancas e tintas. No papel, eles poderiam depositar o seu interior, brincar com formatos, externalizar as visões por uma ordem que não é a da linguagem formal, não é a sequência que a oralidade implica. Era uma alternativa para uma organização também não padronizada.

Se de um lado os internos desenvolveram e melhoraram suas produções artísticas, por outro Nise e sua equipe evoluíram muito na maneira de compreender as doenças mentais e, mais ainda, de conviver e tratar o ser humano portador daquela enfermidade. Sua terapia

jamaisteve a arte como fim, não procurava revelar talentos. Muito menos quis promover geração de renda com as obras feitas por seus pacientes. A iniciativa partia de seu fascínio por entender melhor a lógica de organização dos pensamentos daqueles com quem convivia.

Transformou as paredes frias e cinzas de uma sala de hospital em um ateliê cheio de cores. De seu canto improvisado, revelaram-se ao mundo novos artistas, como Fernando Diniz e Aurora dos Anjos. Isso, no entanto, foi a consequência de um trabalho sério desenvolvido no espaço. Nise fez questão, em toda a sua trajetória, de não vender sequer uma pintura, ainda que fosse para reverter a verba em materiais de trabalho. Reunia-se semanalmente com a equipe de médicos para analisar as telas e entender o andamento de cada paciente, como ele via o mundo e como relacionava as coisas ao seu redor. Descobriu, por meio dessa leitura da arte, por exemplo, que a psique humana tem forças autocurativas. Ou seja, mesmo quando algum fator (interno ou externo) age desorganizando a mente, o próprio corpo desenvolve



mecanismos de ajuda para reorganizá-la.

A iniciativa isolada da psiquiatra alagoana serviu de modelo para que metodologias semelhantes fossem desenvolvidas em outros cantos do País. O ponto de partida era propiciar um tratamento terapêutico que permitisse criações autônomas, que possibilitasse o uso da criatividade sem parâmetros ou limites. Surgiram então trabalhos com artesanatos, reciclagens, costuras, literatura, cinema e diversos outros elementos que recolocavam essas pessoas na sociedade. Com o advento da reforma psiquiátrica e ascensão dos Centros de Atenção Psicossocial, as oficinas deixaram de acontecer dentro do padrão asilar, dentro dos portões trancados. Era possível, dessa forma, atingir aos extratos sociais além do corpo de trabalhadores diretamente envolvidos com a saúde mental.

Sendo assim, a Oficina Experimental de Moda Dasdoida pode ser entendida como um desdobramento direto da iniciativa de Nise da Silveira no hospital de Engenho de Dentro. As ideias se encontram no ato de



valorizar as criações feitas por aqueles que estão em sofrimento psíquico e, por consequência, necessitam de um acompanhamento mais próximo. No entanto, o formato da ferramenta, o caminho que precisa ser trilhado para alcançar o objetivo é bastante diferente, apresenta especificidades que merecem ser notadas. A escolha da moda como elemento de integração traz uma porção de implicações ao trabalho desenvolvido.

A moda é responsável por um padrão estético alcançável por poucos. Mulheres extremamente magras, com cabelos bem cuidados e impecavelmente penteados, rostos harmônicos e pele imaculada. Homens musculosos e altos, também selecionados dentro do modelo estabelecido como “ideal”. Em meio a tanto glamour e imposições nem sempre fáceis de serem atendidas, trabalhar a moda com pessoas em tratamento psíquico poderia se tornar um dificultador. O que poderia ser um problema, porém, nesse caso, se transforma em oportunidade.

Shirley Eduarda, Vanderli Tomaz, Julio César



e os outros que integram a Oficina Dasdoida não estão inseridos nos moldes impostos pelo mercado da moda, ou por estarem acima do peso, ou por não possuírem condições financeiras e/ou psicológicas de cuidar da aparência ou, quem sabe, porque o corpo não se enquadra mesmo nos padrões. Além disso, há um problema também com a maneira como a sociedade os vê. A desvalorização da produção que sai de suas mãos podia pôr tudo a perder, já que a sociedade integra parte do objetivo desse trabalho.

Eles, todavia, reverteram a situação e ditam as regras. Para o trio, “a moda é para qualquer corpo e a loucura é para qualquer mente”. O que significa dizer que na prática a inclusão não é somente deles na sociedade, mas também o inverso. Ou seja, também estão abrindo o mundo em que estiveram trancafiados durante tanto tempo para que o outro faça parte, para que a construção dessa identidade buscada não ocorra apenas de um lado.

Outro ponto de destaque é a customização das peças, ou “esquisitização”, como denominam. Mais uma



vez a ausência de regras é a ordem de comando para a realização dos produtos. A produção depende do estado psicológico do criador. Na mesa, lantejoulas, botões, linhas de diversas cores, canetas para tecido, tinturas e uma pilha de roupas. A matéria-prima está lá e desafia todos os presentes a reinventá-la, dar-lhe um novo formato.

Ao adentrar pela porta de madeira da Oficina Dasdoida, no Caps Itapeva, é possível ver a maioria do grupo sentada em volta da mesa segurando uma agulha ou um pincel. A maior parte das peças chega por doações. São coleções antigas, já fora de linha, que receberão um tratamento especial por meio daquelas mãos.

Vanderli pega o pincel e dá vida às roupas. Olhos de muitos formatos começam a ganhar o tecido. Alguns rostos desfigurados, com sombras que impedem de se ver sua real dimensão. É proposital. É a reprodução daquilo que ele também representa, um ponto de interrogação, um ser imprevisível, mutável, incompleto.

Na outra ponta da mesa, Luís Silva utiliza os livros



da estante como apoio para pintar figuras nas camisetas brancas. Nelas surgem desenhos de trilhos, figuras geométricas, elementos de sua imaginação. Ele traz consigo pendurados no pescoço dois cartões. Um que o possibilita ingressar em qualquer transporte público gratuitamente – com acompanhante – e outro que permite que ele almoce diariamente nas dependências do Caps Itapeva. Luís é morador da zona leste de São Paulo, no bairro da Penha. Diz pouco sobre si, e repete as mesmas frases constantemente. “Eu moro na Penha, e Penha começa com a letra ‘P’. Tenha começa com a letra ‘T’, venha com a letra ‘V’ e Lenha com a letra ‘L’”.

Luís vê na sua produção uma forma de organizar pensamentos, de se organizar para si e para o outro. O desenho constante de figuras geométricas, por exemplo, que também era frequente nas obras dos internos de Engenho de Dentro na época de Nise da Silveira, ilustra uma forma organizacional de sua mente. O quadrado e o retângulo são figuras limitadas que envolvem retas e se fecham em si. A organização, porém, não é parte do que

ficou estabelecido como normal. Mas precisa ser vista, também, como um processo lógico, parte da identidade daquela pessoa.

A moda é também inacabada. Muda a estação, muda a cor, mudam as peças. E a Dasdoida integra também esse conceito. A moda se reinventa. A Oficina, com ela, busca caminhos para inserir pessoas, conceitos, diferenças. Cada peça “esquisitizada” modifica seu autor e modifica o outro. O autor porque descobre maneiras de incluir, de tocar, de influenciar na lógica da normalidade vigente; o outro, pois toda vez que desfila ou vende uma de suas peças, possibilita uma ampliação do olhar e dos parâmetros que a sociedade aprendeu como corretos.

Por isso utilizam o termo inclusão – sem o prefixo re, que fique bem claro. O processo está acontecendo agora. Embora a tentativa de despertar a visão social para a causa seja antiga, a necessidade de fazê-la é atual. E acontece no intuito de não se limitar a um grupo e ficar presa a um espaço de tempo. Mas pretende atravessar essa barreira e propiciar que a inclusão se estenda a tantos



outros grupos que se desenvolvem atrás dos portões dos ainda existentes hospitais psiquiátricos, Caps e instituições semelhantes.

## Oportunidades no mercado

Vanderli Tomaz trabalha há pouco mais de um ano no supermercado Dia, no bairro de Moema, zona sul de São Paulo. Trabalha como repositor de estoque, diariamente das 9h às 16h, com folga apenas aos domingos. Demora, em média, uma hora para chegar ao local, com exceção das segundas-feiras, dia em que seu expediente tem início por volta das 13h, devido a sua participação na Oficina Experimental de Moda Dasdoida, na Bela Vista. Conseguiu uma vaga na instituição por indicação da Comunidade Shalom<sup>5</sup>, onde frequentava.

---

5 Comunidade Católica Shalom, braço da Igreja Católica, que tem como fim a evangelização.

O rapaz evita falar de seu passado. Desvia o assunto e insere outros temas no caminho. Tem um jeito fechado, quieto. Ainda assim, mesmo não se sentindo à vontade, foi necessário relatar o episódio que o manteve internado durante 77 dias, por conta de um surto psicótico. O empregador precisava saber quem era o seu novo funcionário. A transparência era obrigatória. De seu salário, Vanderli fica com muito pouco. Boa parte de sua renda é destinada à casa, ajuda a compor o orçamento mensal do lar. Não esconde, no entanto, o desejo de se inserir no mercado da moda, de se tornar um famoso estilista. “Eu vou fazer muitos ternos cor-de-rosa para me apresentar. Você acha que vai ficar bom?”, pergunta, com brilho de apaixonado nos olhos.

O ingresso no mercado de trabalho é uma das maiores barreiras encontradas quando se fala de inclusão social de pessoas em sofrimento psíquico. O uso da mão de obra carrega especificidades totalmente diferentes da lógica vigente no mercado. Às vezes, só é possível trabalhar durante duas horas semanais e, ainda assim,

casadas com o tratamento desenvolvido no Caps. É fácil entender, portanto, porque há dificuldade dessa inserção na geração de renda convencional de alguém com problemas mentais.

Além de terapia ocupacional, a Dasdoida também tem a pretensão de ser um grupo de geração de renda, dentro do conceito de economia solidária<sup>6</sup>. O material produzido pelo grupo de frequentadores pode ser vendido e o lucro é dividido, proporcionalmente, entre a oficina e o usuário. O valor revertido para a instituição serve para a compra de novos utensílios. O do usuário o ajuda nas despesas particulares, visto que boa parte não tem um trabalho fixo. Vanderli, nesse sentido, é uma exceção à regra.

A tarefa, no entanto, não é fácil. Produtos confeccionados manualmente significam um preço mais alto para o consumidor final. Há ainda a dificuldade de um ponto de renda fixa, uma loja que sirva como referência

6 A Rede de Saúde Mental e Economia Solidária é um laboratório de experiências para inserção dos usuários da Saúde Mental no mercado de trabalho.



para os interessados nos produtos. Afinal, esse espaço físico implica custos para o grupo, que já possui renda flutuante. Além disso, não há material humano para atender à demanda de trabalho necessária. Por exemplo, é impossível pagar alguém que possa trabalhar oito horas por dia para cuidar do estabelecimento comercial, por falta de recursos. Mas também é impossível exigir esse nível de trabalho de qualquer um dos frequentadores.

Tentativas já aconteceram. Primeiro uma pequena lojinha na Avenida Paulista. Funcionava no período da tarde e ficava sob a responsabilidade de Aleçandro Dasdoida, voluntário no grupo. Sozinho, no entanto, foi difícil manter o local, que acabou fechando. Depois, a inauguração de outra loja na Rua Augusta, travessa da Avenida Paulista, na região da Consolação. Novamente problemas com horários derrubaram a iniciativa. Os produtos, então, só podem ser adquiridos em dois lugares: Casa do Saci, em Perdizes, e no próprio Caps Itapeva, às segundas-feiras de manhã e quintas-feiras à tarde – horário em que o grupo se reúne para a Oficina.

A Casa do Saci fica num pequeno imóvel na Rua Wanderley, 702 – próximo à Rua Monte Alegre, no bairro de Perdizes. A iniciativa pretende gerar trabalho e renda a usuários da Saúde Mental de diversos Caps paulistanos. Na fachada vermelha é possível ler Bar, Café e Loja. Um pequeno portão branco é aberto para os passantes. É tão estreito que só permite a passagem de um a um dos que desejam adentrar o estabelecimento. Desde a entrada é possível perceber a decoração temática do ambiente. Para recepcionar os visitantes, um homem com aparência de garoto, magro e alto. Ao se apresentar, Maicon Laika, usuário do Caps de Perdizes, revela sua idade: 37 anos. Pelo porte, seria impossível lhe dar mais de 20 anos. Faz de cara um convite para sentar e começa uma boa conversa, numa intimidade de amigos capaz de entrosar aos mais tímidos.

No local, a decoração é toda feita com objetos aparentemente descartáveis. As paredes brancas estão inteiramente preenchidas de papel marrom, no qual está impressa a lenda do Saci Pererê, na versão de Monteiro

Lobato. A figura dessa personagem é presente em todo o ambiente, já que foi quem inspirou o nome da casa. E há muito da lenda do Saci espalhada pelo local. A começar pelo nome, sobre o qual cada um tem uma versão.

Marília Capponi, psicóloga e coordenadora do empreendimento, afirma que o local foi batizado assim numa época em que o grupo ainda não tinha sede fixa. Foi de uma brincadeira que um dos presentes deu a sugestão e, como a lenda tem várias versões, gostaram do nome. Já Didous Tuan, 43 anos, usuário do Caps Butantã, lembra de outro momento em que o nome foi escolhido, devido às traquinagens da personagem. Marília aproveita para explicar que o nome escolhido “faz parte da lenda do Saci. Ele prega peças na gente e cada um conta uma história”.

Por cima das folhas decoradas, estão velhos caixotes de madeira – os mesmos que são utilizados por feirantes para guardar e carregar frutas e legumes. Vão para a parede rústicos, sem verniz ou nenhuma tintura. São também objetos de decoração do local: ganham



vasos, livros, bolsas e outros objetos desenvolvidos nos Caps.

No cordão preto que segura um dos caixotes pendurado no teto, bótons coloridos elaborados na Dasdoida também servem de decoração. Não é só aí que é possível visualizar as produções da Oficina. No cabide revestido de tecido laranja, situado no início da escada de madeira, vestidos, camisetas e calças aparecem com o logo da marca.

A Casa do Saci concentra os mais variados produtos. Em comum, todos são resultados da produção realizada por usuários das instituições de saúde mental da cidade de São Paulo. O sustento do local não é fácil. Todo o lucro é utilizado primeiramente para suprir as despesas do prédio: aluguel, água, luz e compra de mercadoria. O restante é dividido de maneira igual entre os funcionários da Casa, de acordo com a carga horária trabalhada. Aqui, apesar da luta por uma recolocação no mercado de trabalho e por uma lógica menos opressora de lucro, o que prevalece é a velha ordem capitalista, do

retorno financeiro baseado na mão de obra empregada, sem respeitar as especificidades dos envolvidos.

Apesar disso, é notável que o vínculo de grupo é muito forte e que não há uma divisão hierárquica no dia a dia. Ela existe apenas para fins legais. As decisões mais simples e mais complexas são tomadas em conjunto, discutidas e, só então, efetivadas. Para fotografar o local, por exemplo, é necessário que todos os trabalhadores concordem ou não será possível fazer as imagens. É, sem dúvida, um grande avanço na colocação dessas pessoas sob uma perspectiva diferenciada, chamada de renda solidária.

Mais que um projeto de geração de renda, no entanto, iniciativas como essa são responsáveis por uma mudança de papéis no cenário social. Nas diversas camadas em que se divide a sociedade, há a supervalorização de alguns em detrimento da importância de outros. Ao longo de sua história, os estereotipados doentes mentais estiveram dentro do grupo dos associais, aqueles que, além de não contribuírem para o desenvolvimento



coletivo, ainda ficavam dependentes dos demais. Eram, portanto, um peso para as demais camadas.

A autonomia que conquistam ao ganhar dinheiro, fruto do próprio trabalho, age na ruptura deste conceito. Aos poucos, deixam de depender de seus familiares para suprir necessidades simples, como a compra de roupas e cigarros e, ainda, devolvem à sociedade um material totalmente elaborado por suas mãos. E isso que os tira da situação pura e simples de assistencialismo, da ajuda pela ajuda somente e que os define como produtores de um bem que o outro tem prazer e necessidade de adquirir.

É assim que funciona com Júlio César Lima de Souza. Suas principais despesas são arcadas por seus pais, apesar de já não morar mais com eles. As menores, porém, geralmente são mantidas pelo próprio Julio, que se define como escritor e músico. Daí surgem suas criações nas duas áreas. Seu último livro, composto por sete folhas de sulfite dobradas ao meio, chama-se A Luz e a Escuridão e traz algumas letras de canções compostas por ele. Uma das composições mais conhecidas, marca



registrada sua, está na página quatro da obra:

“Góticos bebem sangue  
Túmulos cheios de baratas muito grandes  
Crânios com dentes e cabelos  
Dormir no cemitério  
Com túmulos muito da hora.”

Embora traga no verso o logo circular da Dasdoida, por ter sido desenvolvido nas dependências da Oficina e com a ajuda de suas coordenadoras, é uma publicação independente. Julio vende o livro pelas ruas a preços populares: R\$ 10 a unidade. Às vezes, quando precisa muito de dinheiro, oferece por apenas R\$ 5. Outras, por R\$ 15. Consegue vender dez ou até um pouco mais por dia. No entanto, tem pouquíssimo controle sobre o dinheiro que consegue arrecadar. Com grande facilidade, Julio gastava o valor conquistado com sua arte com álcool e cigarros.

Segundo ele, eram somente esses os seus vícios,



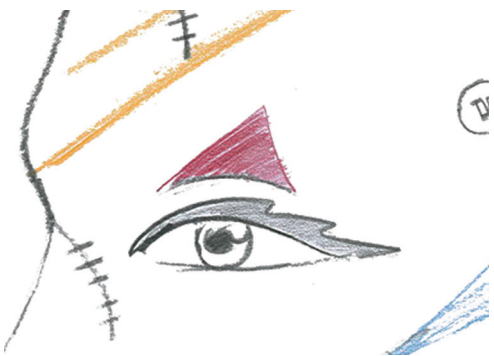
embora admita já ter utilizado também drogas ilícitas. “Eu não tenho juízo”, confessa. O desregramento com o dinheiro o afastou dos pais, o afasta dos amigos e, ainda hoje, traz problemas para os círculos em que está inserido, inclusive para o seu tratamento no Caps. O uso do álcool potencializa as drogas que Julio consome por conta de seu tratamento. O psiquiatra responsável por acompanhar o rapaz, Dr. Vladimir Freitas Junior, explica que a substância potencializa a ação do medicamento, ou seja, age mais intensamente e com maior velocidade e acaba deixando o corpo descoberto de seus efeitos durante mais tempo. “O Julio César tem muitos problemas para aderir ao tratamento”, explica o médico.

Por decorrência desse histórico, o paciente precisa receber mensalmente uma quantidade de Haldol na veia. É uma maneira de assegurar que haverá controle dos sintomas, mesmo sem o uso regular das outras medicações. O problema, nesse caso, está nos efeitos colaterais: além do aumento significativo do apetite e da possibilidade de apresentar alguma dificuldade para

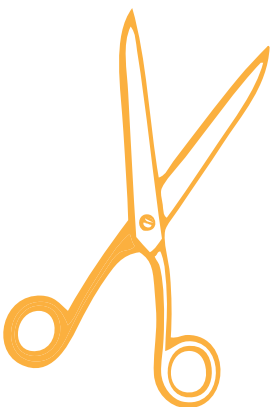
dormir, ao conversar com Julio é possível perceber a falta de controle sobre seus lábios. Eles se torcem, repuxam para um lado e para o outro, unem-se e formam bicos contra a sua vontade.

A ação é também consequência do não internamento. Ganha-se com o poder da escolha de retornar ao Caps, de ingerir os medicamentos, de se privar das drogas. Mas perde-se, porque o risco da não aderência ao tratamento cresce, fato que também faz parte da autonomia dada ao usuário deste tipo de instituição de saúde mental. São elementos que se unem e vão, pouco a pouco, tecendo a nova identidade que se forma acerca dessas pessoas. Tanto na via pessoal como na via social.





# CAPÍTULOS





# A construção da própria identidade

Por cima da roupa preta, uma saia feita de um tecido furadinho em tom rosa choque. Chegava à região da panturrilha em uma das pontas, mas seu corte não era reto e, no outro lado, o tecido caía pelo chão. Na cintura da saia, um grosso cordão de bolinhas brancas sobre um tecido preto fechava o traje na cintura. Na parte esquerda, algumas flores de tecido azul – conhecidas como fuxico – se encaixavam nos furinhos do tecido. Na parte de cima de seu vestuário, em branco, estava bordado o símbolo em círculo e letras minúsculas: Dasdoida. A descrição é de Aparecida Benedita de Toledo, 52 anos, técnica de enfermagem e funcionária do Centro de Atenção Psicossocial Professor Luis da Rocha Cerqueira. É a Cidinha do Caps Itapeva.

Os que assistiam ao desfile que acontecia no Teatro Elis Regina, em São Bernardo do Campo, em 09 de abril de 2010, poderiam facilmente confundi-la com os outros usuários da Saúde Mental. Para eles, no entanto, pouco importa essa separação, sendo até proposital que não aconteça uma distinção por parte do público entre



os funcionários, voluntários e os pacientes. Para eles, o importante é fazer parte de um todo. É, de fato, um grupo que só faz sentido quando o coletivo consegue caminhar.

Cidinha anda no palco de madeira com um largo sorriso. O batom de um vermelho escuro permite que, mesmo para quem está sentado no fundo do teatro, perceba-se a expressão de seus lábios. Os cabelos crespos e negros caem soltos sobre o seu rosto, mas a desordem dos fios não incomoda também. Orgulhosa, ela estende, junto à psiquiatra Márcia Pompermayer, um grande tecido claro e bastante remendado com diversos materiais. Nele aparece o gatinho verde com o nome de Nise da Silveira também, em verde, ao lado de diversos símbolos da grife, todos em vermelho.

Após todos os integrantes do grupo terem desfilado com as peças que escolheram, Shirley Eduarda é convidada a cantar. Embalados pelo som, Cidinha e outros presentes começam a dançar. E mexem o corpo conforme sentem as batidas da música, o que pode significar que alguns estejam mais acelerados enquanto



outros dançam com lentidão. O medo da avaliação do público é praticamente inexistente. O propósito não é esse. Estão ali, justamente, para apresentar uma identidade nova, a possibilidade de quebrar o olhar que moldaram sobre eles.

O evento faz parte da I Conferência Municipal de Saúde Mental, de São Bernardo do Campo. O objetivo é avaliar, discutir a política de saúde mental da região. A população interessada pelo tema, bem como os usuários dos Caps locais, esteve presente ao episódio. Duas mulheres, inclusive, optaram por participar do desfile da Dasdoida. Uma usou um vestido roxo, curto, de alças finas e com a saia costurada em seda. A outra, também de vestido, mas de a cor branca, de linho e com uma plumagem cor-de-rosa na parte do pescoço. A primeira tremia muito. Este tremor é resultado de uma meningite que teve ainda quando criança e deixou sequelas em seu corpo.

Quando pisou no palco de madeira, porém, esqueceu da dificuldade presente em todas suas ações.



Optou por desfilas feliz. Ao final, sua alegria era tanta que o tremor ficou ainda mais forte. Foi necessário que outras mãos a ajudassem a saciar a sede. Repetia apenas: “Vocês viram como eu estava linda?” Nem era necessário dizer mais nada, mesmo. O corpo já falava por ela, em sua linguagem universal. É dessa forma, linda, que também ela quer ser vista.

## **O poder de construir a própria identidade**

Como é possível que um grupo de insanos crie sua própria identidade? A Oficina Experimental de Moda Dasdoida trabalha com a identidade por meio de elementos lúdicos. Não há uma programação complexa, nenhum plano que precise ser seguido à risca para que os resultados surjam. E é exatamente por isso, por essa linha que tem uma das pontas soltas, que é possível escolher onde se quer amarrá-la. “Não se tratam psicóticos em



consultórios”, diz Julia Catunda, ferrenha defensora do regime aberto.

Julio Cesar é músico. Não toca mais, embora já tenha sido baterista. Amante do rock, é pouco flexível aos outros gêneros. Julia, psiquiatra, é amiga de Julio. Quando chega com um violão ao local da Oficina, é possível ver o entusiasmo brotar dos olhos do rapaz. Num dos cantos da sala, enquanto Vanderli desenha, sua irmã Elza costura uma saia, Dani preenche com lantejoulas um xale, Julia e Julio tentam criar uma letra nova. Logo alguns outros se juntam ao pequeno grupo, como Lígia Saad, também usuária do Caps. Os primeiros sons começam a sair, mas a letra ainda é confusa, difícil de entender devido ao número de vozes juntas. Julio sugere a frase “Rock’n Roll é o meu passado”, e Julia complementa: “Ando por aí com o crânio furado”. Aparecem os risos pela figura de linguagem dita. E começam as sugestões de cá e de lá. Alguns acompanham com estalos de dedos e outros com palmas. Em pouco tempo, uma estrofe está construída. A letra é simples e, assim sendo, permanece na cabeça

durante mais tempo:

Rock'n Roll é o meu passado  
Ando por aí com o crânio furado  
Mas não se preocupe,  
Porque jamais serei curado

Surge, ainda, uma versão sertaneja para a música:

Sou cowboy e não tenho cavalo  
Ando por aí com o crânio furado  
Mas não se preocupe,  
Porque jamais serei curado

Lígia tinha sugerido que queria ser curada. Julia aproveitou a deixa para mostrar que ser “normal” podia significar não mais ser ela. Era abrir mão de uma personalidade construída ao longo de anos, negar uma parte importante do que ela é. Ela sorri, parece refletir aquelas palavras em seu interior. Tanto é que devolve:

“Jamais serei curada”. A reflexão é de propósito. Lígia, como muitos, carrega a sensação de inferioridade marcada no corpo.

É como se o fato de não estarem incluídos em um circuito mais padronizado da sociedade os excluísse como seres humanos e surgisse uma nova categorização para se encaixarem. Não são marcas físicas, visíveis. Mas uma carga de acontecimentos históricos que os marcou na personalidade fez com que fossem distinguidos dos demais por conta de um estigma, fator que nem eles sabem muito bem explicar. Apenas sabem que já era assim e que esta é uma mudança bastante lenta e difícil de acontecer. Lutar contra essa imposição faz parte da escolha que fizeram.

### **Barreiras à aceitação da personalidade**

Às segundas-feiras, quando o relógio acusa que

faltam 15 minutos para o meio-dia, Vanderli Tomaz já se prepara para a saída do Caps Itapeva. Em poucos minutos ele reúne todos os seus desenhos espalhados pela mesa e os coloca na pasta preta que ele próprio confeccionou. O utensílio é largo para comportar as folhas de papel tamanho A3 (29,7 x 42 centímetros), mas, apesar do tamanho, Vanderli não se importa de carregá-las consigo. Nela está a prova de sua criatividade artística, de sua intimidade com os pincéis e lápis. E a arte tem seu glamour próprio, seu status.

E quando os ponteiros chegam às 12 horas, Vanderli se despede dos presentes e desce caminhando até a Avenida Nove de Julho, onde tomará o ônibus para o trabalho. O caminho possibilita conversas mais íntimas, justamente por não apresentar a mesma exposição que o diálogo em grupo impõe. Enquanto anda, comenta fatos de sua vida. São seus momentos de confissão, de abertura, de convite a mergulhar em seu universo.

Em um desses dias, a Oficina recebeu a visita de algumas estudantes. Os cursos delas eram variados:



duas cursavam moda e uma administração. O interesse era comum: entender os procedimentos que a Dasdoida optou utilizar e contribuírem com a sua melhoria, a partir do conhecimento acadêmico que possuem. A presença de figuras novas, entretanto, não inibe a produção, não inibe o papo corriqueiro, não encerra as brincadeiras. Tudo gira normalmente.

Luís, o usuário que mora no bairro da Penha, canta o tempo todo a canção característica do seriado Chaves: “Lá vem o Chaves, Chaves, Chaves. Todos atentos olhando ‘pra’ TV. Lá vem o Chaves, Chaves, Chaves. Uma historinha bem gostosa de se ver.” Não há olhar de estranhamento ou com pudor que o impeça de continuar a música. Concentra-se por meio dela, usa-a para realizar sua tarefa de desenhar figuras numa camiseta colorida. Censura? De forma alguma. A psiquiatra Julia Catunda, inclusive, o acompanha na letra – tarefa nada fácil, pois Luís também insere um ritmo seu à melodia, dificultando o seu reconhecimento. As estudantes se divertem com a figura dele. Mas Luís não gosta muito de conversar, o que

encerra rapidamente o papo a que tentaram dar início.

Na saída, Vanderli comenta logo nos primeiros passos fora da instituição: “O pessoal fica mostrando que é especial para os outros, gosta de mostrar as deficiências. Eu prefiro mostrar que, mesmo sendo assim (esquizofrênico), eu posso fazer muitas coisas”. A frase pode soar como superação de um obstáculo, como a subida de um degrau de aceitação de sua condição. Mas o tom em que foi dita, alerta para outro ponto: é uma tentativa de se adequar aos padrões sociais mais convencionais, ainda que para isso seja necessário negar parte de sua identidade, omitir um pedaço do que compõe sua pessoa.

Vanderli tem dificuldade para falar de sua esquizofrenia, de seu tratamento e de qualquer assunto que esteja, direta ou indiretamente, ligados a sua patologia. Demonstra vergonha toda vez que repete o episódio do seu surto. A reação parte da suposta reação que imagina por parte da sociedade. Começa, inclusive, do próprio relacionamento que foi estabelecido em seu



lar. Ele evita o contato dos amigos com seus familiares por ter medo de que “desmintam” tudo aquilo o que contou, a história que ele passou para o outro. “Ninguém acredita em um esquizofrênico”, afirma. E quando fala isso baixa a cabeça, desvia os olhos. Talvez procure uma resposta ou uma solução para o que o aflige.

Mostra vergonha, inclusive, ao falar dos medicamentos que necessita ingerir para o controle da doença. Um deles é o cloridrato de biperideno, utilizado justamente para combater as reações adversas que os remédios neurolépticos causam. Utiliza também o Cinetol, que pode causar uma euforia exagerada no paciente. Recebe, ainda, mensalmente, uma dosagem de haldol (ou haloperidol) injetável, também com intuito de minimizar os sintomas e a ansiedade. Enquanto fala dos remédios que ingere, olha para o lado para ver se tem alguém prestando atenção. Quando passa por trechos mais movimentados, ele muda o assunto de repente. Depois, diz apenas que é uma vergonha um homem contar que usa esse tipo de coisa, mas que ele ainda vai

conseguir parar.

Apesar da rejeição que sente em relação ao status que a condição de usuário de tais drogas lhe traz, Vanderli Tomaz sabe que usá-las é importante para controlar os sintomas de sua patologia. Com maior nitidez, mostra a mania de perseguição de que sofre. O transporte coletivo, por exemplo, é de uma dificuldade imensa para o rapaz, que tem aversão a locais muito cheios. Frequentemente tem a impressão de que o estão procurando, que querem assaltá-lo ou sequestrá-lo. O transtorno já causou, inclusive, problemas nas ruas para Vanderli. Caminhando pelo centro antigo de São Paulo, teve a impressão de que seria assaltado. Aproveitou-se de seu tamanho e tentou se defender. Pisei na barriga dele e falei que não iria entregar nada”, conta, deixando transparecer um pouco da euforia que o momento apresentou. Depois de algum tempo, ele confessa que não havia tomado o medicamento no dia. Por estar sozinho na ocasião, há apenas a sua versão da história.

A convivência em grupo facilita determinadas

afirmações. A identificação com os outros e o relacionamento com pares contribuem para uma aceitação daquilo que são. Sendo assim, aceitar as características e limitações dentro de uma equipe de iguais é um processo menos dolorido. Ao sair desse círculo protetor, no entanto, a tendência é cair cada vez mais na neutralidade, omitir alguns pedaços para poder se inserir no meio convencional.

A Dasdoida, por meio de seus desfiles e reuniões semanais, esforça-se para estimular o orgulho da personalidade única. Defende um olhar para a própria loucura, não como fator de exclusão social, mas como qualidade que os difere do restante – e a loucura é algo que a sociedade sã necessita, na visão da Oficina. Mesmo assim, Vanderli não se convence de assumir esse pedaço de sua personalidade. Ele ainda não descobriu se é melhor se enquadrar no modelo ou desenquadrar o próprio modelo.



## Sociedade de olhos nas telas

A figura é a de uma mulher de idade no meio de muito lixo. Ela se mistura aos restos como se fosse parte dele, perambula em sua extensão com a intimidade dos amantes, conhecedora de cada trecho pisado. Os poucos cabelos estão limpos e apresentam boa quantidade de fios brancos. O nariz largo e os olhos negros mostram sua senilidade. O rosto já apresenta muitas rugas e o pescoço mostra a pele já velha, repuxada e com falta da rigidez que marca a juventude. Segundo a definição de Marcos Prado, diretor do documentário Estamira, ela “é uma mulher de 63 anos que sofre de distúrbios mentais”. O verbo sofrer significa “ser atormentado, afligido por”<sup>7</sup>. Por esse raciocínio, a conclusão óbvia é de que a mulher citada acima vive integralmente aflita, açoitada pelos tais distúrbios. No longa metragem de Prado, sua imagem

---

7 Definição do dicionário Aurélio Buarque de Holanda Ferreira.



não é apenas de sofrimento. Ao contrário. Mescla cenas de alegria e sorrisos com explosões de raiva e momentos de reflexão. Logo no início, Estamira já avisa: “Ocêis (sic) é comum, eu não sou. Só a forma que é a mesma”. Um pouco mais além ela completa: “Todos os espaços são abstratos. A água, o fogo, a Estamira é abstrata”.

Estamira foi produzido no Brasil em 2004, na capital fluminense. Traz uma denúncia clara, mas é responsável, principalmente, por ir à contramão do estereótipo de doente mental. Nada da personagem perambulando sem rumo, amarrada em uma camisa-de-força ou incapacitada de fazer quaisquer atividades. A protagonista trabalha há mais de 20 anos em um aterro sanitário, de onde tira o dinheiro para o próprio sustento com a venda de sucatas. Conta também com a sorte, que a ajuda a detectar objetos preciosos ou de utilidade simples, como roupas que podem ser reaproveitadas ou alimentos em bom estado (alguns até vencidos há algum tempo).

Estamira é autônoma. Anda sozinha pelas ruas



do Rio, solta poesias pelos ares e profetiza a quem quiser ouvir. Cutuca a sociedade quando afirma de modo desconexo que “a sua lucidez não te deixa ver”. Denuncia que “eles estão dopando quem quer que seja com o mesmo remédio”. E apresenta uma saída: “A solução de tudo é fogo: queimar todos os seres e colocar outros no espaço – eu vou falar, vou revelar e quem não gostar que me mate. Não mataram Jesus?”. Fala de sua experiência no hospital, critica o sistema manicomial e agradece por sua liberdade. O sorriso mostra a perda de alguns dentes. Pouco a importa. Continua com sua caminhada, sofrendo apenas de uma realidade bastante difícil de ser vivida. Termina com uma frase que merece ser pensada: “Tudo que é imaginário existe”.

Também a imaginação é trabalhada por Martin Scorsese, no longa-metragem norte-americano *A Ilha do Medo*, lançado em 2010. A figura do “louco”, no entanto, aparece aqui numa visão mais tradicional. Logo na entrada, em um jardim bastante verde na Ilha que nomeia o filme, homens e mulheres andam sem rumo, com um



semblante de dor, de medo, de solidão. A câmera focaliza em um dos figurantes. É uma mulher extremamente magra e de pele clara. Não é possível enxergar com nitidez a cor de seus olhos, envoltos por uma escuridão sombria. Seus cabelos ralos mostram que na parte da coroa da cabeça eles já não existem mais. A personagem tem as mãos algemadas e, ainda assim, consegue levá-las aos lábios para fazer o gesto de quem pede silêncio, com o dedo indicador levantado.

Esse conjunto de imagens causa estranhamento ao público, causa medo. Mais uma vez, o cinema reforça o estereótipo do doente mental como alguém que merece ser afastado do convívio social por não ter possibilidades de controlar seus instintos. Aproxima-o da figura animal, uma vez que não dispõe do raciocínio que difere o homem. Ainda assim, o filme alimenta a velha discussão: “quem é o louco, afinal”? O detetive, os internos, o médico ou todos eles?

Se a cena surpreende nas telas, quando os muros e grades são reais a sensação é maior. Depois de visitar



alguns hospitais psiquiátricos, porque participava de um documentário sobre o tema, a cineasta Laís Bodanzky “ficou chocada com os campos de concentração escondidos”, contou Luis Bolognesi, seu marido. Ela conheceu, por meio dessa experiência, o livro Canto dos Malditos, de Austregésilo Carrano Bueno, publicado em julho de 2001. Não teve dúvida: juntou-se a Luís para produzir um filme baseado na história do escritor. “O cinema serve para isso, para trazer consciência sobre quem somos, que mundo é este”, observa Bolognesi, o roteirista do filme Bicho de Sete Cabeças.

Lançado em 2001, o longa metragem se tornaria referência para a luta antimanicomial no Brasil. Implicitamente, o filme falava do relacionamento entre pai e filho, da falta de conhecimento generalizada sobre os efeitos de alguns entorpecentes, do jovem tradicional que encontra prazer ao burlar as regras. A discussão principal, no entanto, acontecia em volta do sistema manicomial nacional, de sua rede protetora (de quem?) que não permitia escapatória, nem mesmo nos



casos equivocados como o de Carrano. Preso na teia, ele desvendou uma realidade tão bem escondida atrás dos muros altos dos temerosos hospícios brasileiros.

Ouviu gritos calados, gemidos omitidos, feridas abertas. Sofreu eletrochoque nas têmporas, ficou preso na cela conhecida como solitária, perdeu boa parte dos dentes devido ao “tratamento” que recebeu. Não calou.

Carrano se fez locutor da causa manicomial no País. Tornou-se referência na luta contra o sistema fechado, contra o tratamento da doença e o esquecimento do doente, contra a indústria da loucura que enriquecia médicos e empresas farmacêuticas e desconsidera o ser humano que supostamente trata e também contra a internação involuntária e a falta de autonomia dada ao paciente. Era o lado oprimido denunciando o lado opressor.

No cinema, o filme foi visto por mais de 450 mil pessoas (outras milhares o viram na exibição da Rede Globo ou em DVD). Provocou emoção e revolta e pôs a discussão em pauta. Ainda que com os nomes principais



trocados (o próprio Carrano virou Neto), a realidade estava exposta, dava à sociedade a oportunidade de conhecê-la, de transformá-la.

As três obras, cada uma em seu tempo e com sua finalidade estabelecida, esbarram-se no ponto de trabalhar a figura do louco perante os olhos sociais. O longo alcance que o cinema permite é capaz de construir figuras muito fortes na mente das pessoas. O que pode ser uma vantagem é também um problema, já que pode também destruir uma imagem já consolidada. Ainda assim, é pela lente da mídia que a sociedade vê esse outro, ainda estereotipado. E, para garantir sua própria imagem, a imagem da vida real, eles vão às ruas, ganham espaço e se mostram tão iguais a todos, dentro de suas próprias diferenças.



## A loucura invade espaços

Era um sábado à tarde. O mês era maio, dia 15. O sol havia chegado cedo e não deixou de fazer companhia por nenhum momento. No encontro entre a Rua Teodoro Sampaio e a Avenida Dr. Arnaldo, um grupo de adultos se reunia. Chamava a atenção dos passantes. A finalidade não era explícita, mas a curiosidade de todos aqueles olhos era aguçada. A soma dos presentes não chegava a meia dúzia de pessoas. O número soava inexpressivo. Mas olhando de perto, era possível ler os lábios sorridentes, os olhos que palpitavam com o coração, brindando àquela sensação de festa.

Alguns já começavam a se vestir ainda ali, na calçada. Não, ninguém tirava a roupa ou mostrava qualquer parte do corpo. A ideia era adicionar vestimentas, inserir mais cores, letras, frases, enfeites. Todo elemento era bem-vindo para completar o visual. Um pequeno muro de concreto, com uma grade de ferro por cima,



servia de varal para pendurar as roupas dos que estavam por chegar. Escorado no cimento, um disco de papelão revestido em papel preto trazia a palavra Dasdoida. No centro, a figura de uma mulher gritando, com seus cabelos para cima, caindo sobre o seu rosto.

Havia, ainda, grandes lençóis claros estendidos sobre a grade. Neles, com spray preto, estava escrito “Orgulho Loko”. Em silk screen, o gordinho gato do filme Alice no País das Maravilhas aparecia sobre a frase “Saúde Mental”, ambos em vermelho. O mesmo manto utilizado no desfile da Assembléia Legislativa de São Paulo, referência a Arthur Bispo do Rosário, também estava pendurado neste enorme varal.

O objetivo da reunião era uma passeata, com todo barulho possível que a palavra possa significar. O local de chegada era a Praça Benedito Calixto, distante um quilômetro e duzentos metros. Próximo de 15 horas, todos devidamente trajados, a caminhada tem início. Em coral, era possível ouvir o ensaio da música Inferno, de Julio César:



Sons preferidos  
Theatre of tragedy, Tistânia Bahaus  
Depeche Mode, The Cure e outros  
Rave gótica, mais de 50 ônibus  
Vinho é da hora (...)

A quem viu, pareceu um grupo de super heróis, devido às capas que usavam (um pano com elástico na ponta para encaixar os braços). Segurou os lençóis enquanto desciam pelas calçadas estreitas do lado direito da rua. Impossível não notar aquela reunião de tantas cores, de tantas pessoas diferentemente trajada, pedindo um relacionamento de iguais. O trajeto demorou um pouco mais de 30 minutos.

Shirley Eduarda tinha sido a escolhida para receber o II Prêmio Carrano de Luta Antimanicomial e Direitos Humanos, em nome da Dasdoida. Não havia chegado, porém. Nesse caso, quem participaria da cerimônia seria Julio, para cantar a música Inferno em coro com os



presentes na praça.

Quando chegaram ao local, as apresentações e homenagens já haviam começado. Uma intervenção teatralizada, com um usuário dos Centros de Atenção Psicossocial paulista, chocou aos que assistiam à entrega do prêmio. Um rapaz bastante limitado fisicamente (possuía os dois braços atrofiados) realizou uma dança e, ao final, abraçando a plateia, disse em voz alta: “Eu te amo, eu só preciso de você”. Era uma forma de atentar para a necessidade iminente de uma inclusão verdadeira.

Em seguida foi a vez de a Dasdoida desfilar. Nada de filas ou de ordem. Tomaram o palco improvisado com um tapete vermelho. Neste momento, eles eram o foco de atenção. E tanto sabiam disso que não deixavam um minuto de sorrir, de cantar, de transmitir à plateia a beleza de estarem no centro. Julio cantou sua música entre palmas. Mas Shirley também já tinha chegado. Espaço aberto a todos. Tanto que o voluntário do grupo, Aleçandro Dasdoida aproveitou o momento para recitar um poema de um dos usuários do Caps Itapeva, Sérgio



Prado:

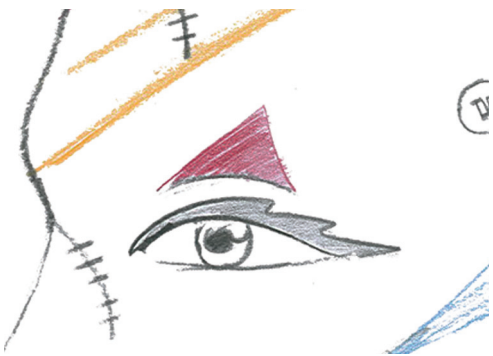
(...) Valei-me minha Nossa Senhora!  
Com tanta mulher no mundo  
Foram logo comer o cu do menino.  
Junto com a juventude,  
Chegaram os surtos psicóticos.  
O que fazer agora, minha nossa senhora,  
Com a vida deste jovem menino?

Ela veio com um par de óculos roxo, flor de zíper nos cabelos, de blusa florida e de calças curtas. Também colocou a capa azul, assim como todos os integrantes do grupo. De microfone na mão, ela encantava os ouvidos com sua voz melodiosa e com seu samba no pé. No fundo, Aleçandro segurava o papel da música para que Shirley não se esquecesse da letra. Segurava também o enorme disco preto, objeto de identificação da oficina. Recebeu o prêmio e se juntou ao grupo, pronta para assistir aos outros que viriam.

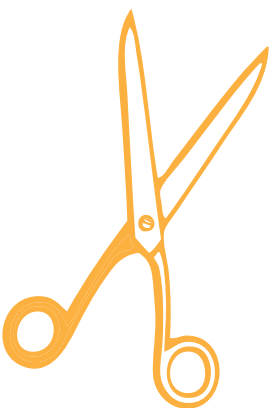
Inquieta, mostrava aos seus vizinhos de lugar o objeto que acabara de ganhar. Mais que o objeto em si, eles sabiam que ali, naquele momento, os papéis estavam invertidos. Deixavam de carregar as marcas que outros tatuaram neles. Deixavam de serem os coitados, dos quais era necessário manter a distância. Nem a figura de Estamira, nem a prisão na Ilha do Medo ou o eletrochoque de Neto. Nenhuma dessas imagens sequer se aproximava da cena real que acontecia naquele dia 15 de maio de 2010.

A imagem era criada por eles, pelas mentes ditas insanas, incapazes de estabelecer qualquer tipo de raciocínio. Estavam ali, marcando o próprio território, infiltrados no meio dos “normais”. Agora, já é impossível separá-los!





# CAPÍTULO 4





# Parafalardeinclusão

Parada no ponto, Shirley Eduarda esperava chegar o ônibus com destino ao centro da cidade. Estava lá há poucos minutos, mas o atraso já a deixava um pouco ansiosa. Quando viu, ainda longe, que o seu ônibus se aproximava, ela se adiantou e fez o sinal para que o coletivo parasse. O ônibus, no entanto, passou do ponto, parou mais à frente, bastante afastado de onde ela estava. Shirley precisou correr para alcançar o transporte e, ofegante, reclamou da distância. Ao apresentar sua carteirinha que permite a integração gratuita no transporte, o homem de azul sentado atrás da catraca gritou ao seu companheiro de trabalho, que estava ao volante: “Não fica tirando sarro, não, que essa daqui é treze”.

Quem narrou o episódio foi sua própria protagonista. Contou com olhos esfumaçados, mostrando a raiva que sentia. “Eu sou assim mesmo. E o que você tem a ver comigo?”, respondeu, fazendo um pouco de confusão com a frase já comum. Resgatou da lembrança a vez em que foi vítima de preconceito por ser portadora de doença mental. Sentou no ônibus, nervosa



pela exposição que sofreu. O acontecimento já tem mais de dois anos, mas Shirley não o apaga da memória. Ao contrário, usa-o para lembrar que a sociedade ainda não aceita totalmente os seus membros.

Esta não foi a primeira vez que a moça passou por uma situação assim. E nem foi a que ela considera pior. É necessário voltar alguns anos em sua história, porém, para compreender uma marca jamais apagada. Uma marca que ainda dói, arde, incomoda e que ela não sabe responder se um dia pode realmente cicatrizar. Nenhuma dificuldade que passou pode ser comparada a esta.

É perceptível o estremecer de seu corpo quando sua memória resgata os fragmentos do acontecido. Seus olhos vão tão longe que parecem reviver toda a cena, cada detalhe, cada lágrima. As lágrimas teimam em reaparecer, molhando seu rosto, caindo sobre suas pernas, embargando a sua voz. São incontrolláveis. Escorrem dos olhos pequenos e buscam levar consigo um pouco da tristeza que tomou conta de Shirley neste momento. Carregam em sua transparência as lembranças

desnecessárias. Parecem saltar diretamente do coração.

“O médico está agredindo a moça, ele está agredindo a paciente”, gritava a senhora na rua, enquanto os passantes assistiam espantados àquela cena. Com a gritaria, os funcionários de jaleco branco levaram ambos, médico e paciente, para dentro do hospital. Ela mancava pelo salto de seu sapato que foi quebrado quando caiu da escada. Ou, segundo ela, quando o médico a empurrou de lá.

De seu nome ela não se lembra. “Era alguma coisa e, no final, Hiberman”, puxa da memória. A instituição era o Hospital Infantil Menino do Bom Jesus, onde Shirley Eduarda trabalhava há quase dois anos e de onde foi, posteriormente, demitida. A demissão, no entanto, foi justificada por um suposto abandono do plantão, que ela afirma convicta não ter ocorrido. Mas não havia o que fazer.

Era a primeira vez que Shirley via o médico dessa maneira. “Ele sempre foi normal comigo, deu-me xampu”, conta ela, evidenciando a simplicidade que carrega

consigo. A falta de uma linearidade dificulta um pouco o entendimento da história completa. Toda a confusão, porém, tem início quando o tal doutor escreve em seu prontuário que a paciente estava com sérios problemas e poderia, inclusive, matar pessoas. “Era a primeira vez que um médico falava isso de mim”, lembra. Receitou, também, um medicamento de alto custo, de cujo nome Shirley não se recorda. O valor ela lembra bem: R\$ 50,00. Para quem precisava distribuir panfletos imobiliários no farol visando complementar a renda, o valor soava um tanto absurdo.

E quando os ares da calma voltaram a se fazer presentes, a paciente – e também funcionária – do hospital saiu em direção ao bairro da Liberdade, na Rua Taguá. O destino era um fórum onde trabalhava uma amiga sua. Foi ainda suja de terra que grudou do chão onde caiu, marcada pelos arranhões que o tombo causou, da dor que ainda rasgava o peito. A amiga a ajudou a entrar com um processo contra o médico. Ela conta, entretanto, que a ação não deu resultados. “Tinha que pagar R\$ 30,00



pela causa, e eu não tinha. Mas posso retomar quando quiser, tenho todos os papéis comigo”, diz, secando o resto das lágrimas que não chegaram a escorrer. As marcas deixadas não são visíveis. E talvez por isso sejam tão profundas e, ao mesmo tempo, estejam beirando a superfície, fáceis de vir à tona, de transbordarem.

O episódio não pode ser considerado referência, tampouco pode ser usado como exemplo da falta de aceitação que grita pelas janelas quando o assunto em questão é a integração e respeito aos portadores de transtornos mentais na sociedade brasileira. É realidade, no entanto, e como tal não pode ser ignorada. Necessita de um olhar minucioso, próximo, aberto às transformações de que necessita.

## Um trabalho marcado pela ausência de regras

Nise da Silveira, psiquiatra, decidiu ir além das



cercas já estabelecidas. Não foi apenas médica de seus pacientes. Transpôs fronteiras por perceber que era impossível propor um tratamento exclusivamente clínico, que não fosse totalmente casado com as experiências extramuros do paciente. Deu início a um trabalho que aproximava muito médico e interno, posições sempre longínquas, sendo o primeiro o detentor do saber e o segundo apenas objeto de aplicação desse saber.

A experiência de Nise foi feita em porões de um hospital carioca, um espaço desvalorizado transformado em ateliê de artes, ainda na primeira metade do século passado. A fachada do antigo Centro Psiquiátrico Nacional, em Engenho de Dentro – atual Instituto Municipal Nise da Silveira – contrasta com as construções vizinhas. Largo e colorido, lembra pouco um hospital convencional, geralmente branco. Para entrar, basta deixar o nome na recepção, localizada numa pequena porta à esquerda de quem entra no edifício. As placas indicam o caminho para chegar ao Museu de Imagens do



Inconsciente<sup>8</sup> (MII).

No caminho, porém, a imagem que os olhos captam é quase cinematográfica. Na entrada, em um pequeno gramado, estão deitados diversos pacientes ao sol. Alguns brincam com a grama, outros com partes do próprio corpo, como pés e mãos. Cantarolam, riem alto, são inquietos. Um pouco mais adiante, a figura que se apresenta é um pouco assustadora. Trancados atrás de uma grande grade de ferro, estão “guardados” algumas dezenas de pacientes. A comparação com um zoológico é inevitável. A expressão é de sofrimento e provoca angústia a quem está do lado de fora do cercado. Eis que um passante se aproxima e oferece ajuda. Com a negativa, ele continua o caminho, lento, sem rumo, sem destino estabelecido.

A presença física de outros ali já não incomoda. O trajeto para conhecer o famoso MII pede que esse

8 O Museu de Imagens do Inconsciente foi fundado no ano de 1952 e se tornou referência mundial no tratamento de esquizofrênicos.



caminho seja feito. Não é permitido fotografar o espaço. Mas a falta de experiência do corpo faz com que os olhos registrem aquelas cenas na sequência e as mantenha arquivada com clareza na memória.

A fachada do museu é de um absoluto contraste com o restante do hospital. O verde do portão central e das janelas harmoniza com o verde da parte de baixo da parede e com o tom das árvores plantadas à frente do local, que lhe fazem sombra. Ainda de fora é possível enxergar o piso brilhante e limpo. Numa espécie de calçada da instituição ficam alguns cachorros que perambulam pelas redondezas. Nise da Silveira sempre foi uma apaixonada por animais, embora desse preferência aos gatos. Utilizava cães como coterapeutas, iniciativa também inovadora no campo psiquiátrico. Definitivamente, ela não era de seguir padrões.

OMII revela bastante da identidade e dos caminhos que a médica alagoana percorreu. No térreo, as paredes brancas são preenchidas com quadros emoldurados, pintados pelos próprios internos do hospital. São obras



de um difícil entendimento para quem não conhece o contexto em que foram produzidas. Mas não é necessário ser profissional da saúde para conseguir compreendê-las. Com a oportunidade de ouvir um pouco sobre quem as produziu, é possível compreender, por exemplo, quando um dos internos desenha figuras japonesas por ser acompanhado por uma enfermeira nipônica.

A figura do palhaço aparece com frequência nos desenhos, não como uma imagem engraçada, mas justamente por ser regido por outra lógica racional, sem padrão, procurando um espaço de inserção (a função do palhaço sempre depende do riso do outro). Já no andar superior, uma retrospectiva da história de Nise da Silveira, com imagens em preto-e-branco espalhadas pela sala e depoimentos sobre o seu trabalho, como o de Frei Betto: “A Dra. Nise nos ensina a descobrir por trás de cada louco, um artista; por trás de cada artista, um ser humano com fome de beleza, sede de transcendência”.<sup>9</sup>

---

9 Frei Betto é frade dominicano e militante de movimentos pastorais e sociais



Não é possível, no entanto, atender a toda a população do Instituto Municipal Nise da Silveira. O acompanhamento das terapeutas é bem próximo e o número de funcionários limitado, o que impossibilita a expansão. Cada profissional consegue atender a uma média de cinco pacientes. “O museu é vivo, não tem o olhar no passado”, explica o diretor Luiz Carlos Mello, em referência à renovação do acervo e ao frequente estudo relacionado às novas produções. Sentado em sua mesa no andar superior da instituição, Mello fala com propriedade de sua mestra. Conviveu bons anos com Nise e é o organizador do volume com os escritos da médica, parte da coleção Encontros. Faz questão de mostrar a quantidade de pastas arquivadas com estudos e depoimentos sobre o trabalho desenvolvido por ela. Chama de “invejosos” os autores que não atribuem à Nise o início da reforma psiquiátrica brasileira, por seus experimentos e difusão de ideias.

O lado menos bibliográfico da história, porém, não surge da boca de Mello. É contado pelos funcionários,



aflitos com uma situação já há muito se arrasta. Gladys Schincariol, psicóloga e coordenadora da instituição desde 1974, já perdeu as esperanças de mudar a situação: “Estou com a aposentadoria vencida e vejo os outros chegando muito perto disso. Não há uma reciclagem de pessoal, de conteúdo. Tenho muito medo de que se perca uma iniciativa tão bela como a da Dra. Nise”, confessa.

A frustração atinge a outros funcionários. Eles veem, aflitos, o tempo passando sem que providências mais concretas sejam tomadas. Afirmam que o MII é uma iniciativa histórica na Saúde Mental, que serviu de referência para outras tantas no Brasil. A paixão pelo ofício não permite que as coisas sejam encerradas de maneira alguma. Para eles, a continuidade dessa história vive sob ameaça.



## Conquistas que se esfalelam no tempo

Este sentimento de ausência de poder não chegou ainda à Casa das Palmeiras, outra iniciativa da médica alagoana Nise da Silveira. Na zona sul carioca, em Botafogo, uma casa amarela se esconde atrás de palmeiras altas. A placa diz:

Casa das Palmeiras

Clínica de Reabilitação

Fundada em 1956

Reconhecida como utilidade pública

O portão está aberto, mas não convida à entrada. Há grades altas e cerca de arame farpado, com o aviso “Alarme 24 horas”. A filosofia de que “a Casa das Palmeiras é um pequeno território livre”, como disse Nise, não é visível na aparência da casa. Nem mesmo os moradores dos arredores conseguem identificar o que funciona naquele espaço.

Não é permitido fotografar o interior do espaço.



Sua estrutura é simples: um corredor onde são guardadas as antigas produções e no qual geralmente fica um dos frequentadores sentado, recepcionando os que chegam. Na sala, uma mesa grande para os horários de refeições, de conversas ou do que decidirem em grupo. Uma escada circular leva ao andar de cima. Na parede em que está fixada a escada, um quadro com a foto de Nise, já com bastante idade.

Quem apresenta o ambiente é a psicóloga Terezinha de Souza Costa. Ela explica ainda o funcionamento: “Há um psiquiatra aqui que diz o que pode e o que não pode, por meio de uma entrevista com o doente e com seus familiares. Também é ele quem indica os possíveis locais de tratamento”, explica a funcionária.

São aproximadamente 38 pessoas, homens e mulheres, que passam diariamente por aquele espaço. “Nosso trabalho é de reeducação para a vida social”, diz Terezinha. A Casa das Palmeiras não oferece medicamentos nem atendimento clínico. Atende àqueles que já desenvolvem o tratamento em outros locais e



frequentam o espaço com o intuito da convivência, do desenvolvimento para o lado social. A instituição não recebe apoio do governo e sobrevive somente de doações, o que inibe muito seu crescimento.

O corpo de funcionários também é pequeno e formado em sua maioria por estagiários, outra consequência no minguado orçamento do local. A psicóloga Terezinha também está há menos de um ano na casa, há pouco menos de um ano. Talvez por isso não saiba responder muitas questões sobre a fundadora da instituição onde trabalha ou sobre o significado da casa para o movimento da reforma psiquiátrica no Brasil. Insegura, ela apenas muda o rumo da conversa quando questionada.

Há uma programação semanal no lugar. Oficina de pintura, modelagem, cerâmica, teatro, poesia. O foco artístico é evidente. Tudo desenvolvido com pessoas em sofrimento psíquico, ou melhor, por elas. Exige-se, portanto, uma determinada autonomia como condição para participar da proposta. “Obviamente, um regime



de externato tão aberto não é para todo mundo”, afirma a funcionária, explicando ainda que a entrevista com o candidato também tem o intuito de avaliar sua condição e independência. Na saída, um convite a refletir, desenvolvida na oficina de xilogravura:

“Da humanidade deixamos o humano amor para a humanidade”.

## Procedimentos para atendimento na Saúde Mental

A batalha já começou e as armas estão postas à mesa. Eles optaram por se armar e por lutar, são soldados conscientes dos riscos a que estão expostos. Suas armas são agulhas, linhas coloridas, pedaços de tecidos e tinturas. No entanto, não há adversários, apenas desafios. Ninguém precisa ser vencido ou eliminado. O objetivo é uma inclusão social verdadeira e desejada. É evidenciar o diferente não mais como esquisito, mas como necessário.



É inverter a lógica já estabelecida.

Eles são conduzidos por Márcia Pompermayer e Julia Catunda. A primeira é terapeuta ocupacional. A outra é médica psiquiatra. Reúnem-se às segundas e quintas-feiras no Caps Itapeva para um crescimento coletivo.

O Centro de Atenção Psicossocial Professor Luis da Rocha Cerqueira, primeiro a ser aberto no País, é o único ainda mantido por uma gestão estadual<sup>10</sup>. Entretanto, uma parceria com a Escola Paulista de Medicina (EPM), repassa a verba estadual para esta instituição, que faz a administração do Caps. Para o fato deste ser o único órgão neste modelo ainda gerido pelo Estado, “não há uma explicação oficial”, confessa Cássia Gomes, psicóloga da instituição há mais de três anos. Mas, explica ela, uma resposta possível é que o Estado tem o objetivo de transformar a unidade num centro de referência em Saúde Mental e, portanto, seria função dele administrá-

---

10 Os outros Centros de Atenção Psicossocial têm gestão municipalizada.



lo.

O portador de algum transtorno psíquico que procurar o Caps deve receber imediatamente tratamento ou ser indicado até o centro de sua região de moradia. “Legalmente, o Caps é uma instituição de portas abertas”, diz Cássia. Assim sendo, não pode exigir encaminhamento ou diagnósticos prévios do paciente, embora este fosse o método mais adequado. A iniciativa, além dos ares de inclusão que faz ressoar, é também coerente com o perfil a quem se propõe a atender: incentiva-se a autonomia do doente, mas se compreende que é necessária uma construção deste processo e que as falhas também são pedaços essenciais nessa criação.

Atualmente, são 594 usuários que frequentam o Itapeva, um dos maiores em espaço físico – atende a região central da cidade, com 400 mil pessoas. Por ser “portas abertas”, no entanto, o Caps não pode recusar atendimento aos que o procurarem e não residirem na região, o que gera o dado de 80% de moradores do centro atendidos e o restante, como Shirley Eduarda,



provenientes de outras zonas paulistanas.

No prédio não há silêncio. São diversas vozes que ecoam, transitam, correm soltas sem rumo. Alguns cantam enquanto esperam para retirar os medicamentos. Outros estão contando histórias, nem sempre para alguém ali presente fisicamente. Logo na entrada, onde está localizado o balcão da recepção, há pouquíssimos móveis: uma mesa de pingue-pongue posta recentemente, um balcão preto com uma maquete em seu interior, um filtro de água e meia dúzia de cadeiras. Há um telefone público na parede do fundo, próxima a uma das salas nas quais acontecem os atendimentos. Nas paredes há também algumas poesias e pinturas produzidas durante as oficinas, formando um varal artístico. Há um jardim de convivência, uma cozinha e um espaço para realizar as refeições.

As atividades no Caps têm início, diariamente, às 08h e são encerradas às 17 horas. Depois de um lanche da tarde em turma, os usuários vão saindo um a um, de volta para suas casas. Alguns vão de carro com seus familiares,



outros de ônibus e alguns mesmo a pé. O Caps está no meio dos outros prédios, eles estão no meio das outras pessoas. Mas o contato ainda é pequeno, devagar, um pouco condicional. No Centro de Atenção Psicossocial, eles convivem com seus pares, muitas vezes com histórias muito próximas às suas, embora cada qual com sua própria especificidade.

Em sua estrutura não está prevista uma imersão mais intensa nas camadas sociais, pois se entende que o próprio paciente deva buscá-la, seja o responsável por ela. Sendo assim, caso esse não o faça, o Caps pode ser considerado também um espaço de segregação, de convívio de iguais. Apenas a presença física, meio aos outros prédios comuns e aproximação com o diferente, não dá conta de que sejam percebidos na sua diferença.

Tanto é assim que, dos milhares que circulam pela Avenida Paulista diariamente, poucos enxergam o prédio localizado atrás do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand. E não é o ver somente seu físico, perceptível ao longe, mas conhecer seu formato, sua



filosofia, seu objetivo enquanto instituição de saúde pública. Mostrar o trabalho desenvolvido dentro dos portões, ainda que agora eles estejam abertos, ainda depende muito da disposição do olhar do outro.

### **Um tema com interface política**

No gabinete do deputado Fausto Figueira, do Partido dos Trabalhadores (PT), a mesa está repleta de panfletos sobre a Frente Parlamentar de Apoio à Luta Antimanicomial, da qual é um dos cinco coordenadores. A Frente é composta por 18 deputados e é suprapartidária: são 11 do PT, três do PSDB e, do restante, um representante do PTB, PSB, PDT e Psol. A união se propõe a colaborar com a luta pelo fim dos manicômios e por um melhor atendimento aos que se encontram em sofrimento psíquico.

Ronaldo Moreira, assessor do deputado Fausto



Figueira, orgulha-se de ter incentivado a criação da frente: “Estava procurando apoio nos deputados eleitos e espaço político você ocupa ocupando”, conta. O ano eleitoral não facilita o processo, já que o risco dos deputados não se reelegerem é presente. Por isso, explica ele, a Frente ainda funciona “modestamente”, mas as demandas vão chegando e não se limitam à capital paulista.

Moreira também a frequentar a Oficina Experimental de Moda Dasdoida. Conheceu o grupo por estar envolvido com a Rede de Saúde Mental e Economia Solidária. “Cheguei até eles porque acredito na inclusão produtiva das pessoas com transtorno mental. E vejo na Dasdoida a síntese do meu pensamento”. A geração de trabalho e renda por conta deles, obviamente, parte da lógica capitalista que rege a economia brasileira. Ainda assim, segundo Moreira, é possível encontrar nuances para reformular essa lógica. “Estou convencido de que é possível organizar economicamente as pessoas de outra maneira”, disse, porém sem apresentar qual maneira seria esta. Ele também está a procurar.



A Frente Parlamentar também visa auxiliar no cumprimento da Lei 10.216/2001, do também deputado petista Paulo Delgado<sup>11</sup>. Por ela, por exemplo, ficou decretado que “a internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes”. Por recursos extra-hospitalares entendem-se também o sistema dos Centros de Atenção Psicossocial e qualquer outro dispositivo que não afaste o paciente de seu convívio familiar e social. Por esse caminho seria possível, segundo os integrantes da luta, diminuir muito o número de hospitais psiquiátricos, que funcionariam apenas em casos de extrema necessidade.

A posição divide opiniões. De um lado, os próprios doentes, ao de lado de familiares e de trabalhadores da Saúde Mental, defendem a extinção dos grandes manicômios, aparelhos utilizados de maneira opressora e excludentes de seus papéis sociais durante tanto tempo. Este grupo tem como aliado forte o Conselho Regional de

---

11 Por consequência do ano eleitoral, o deputado não pode atender as tentativas de entrevista via telefone e e-mail.



Psicologia, que apoia suas manifestações com divulgações e, quando possível, com verbas.

Do outro lado estão também alguns familiares, como o poeta Ferreira Gullar, pai de dois filhos esquizofrênicos e a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP). O lado de cá, pela voz da ABP, afirma que a reforma psiquiátrica é um “equívoco” e que, na verdade, “produz desassistência”. Gullar, em artigo publicado no jornal Folha de S. Paulo, em 26/04/2009, diz que esta é uma lei que, “embora bem intencionada, em vez de ajudá-las (às pessoas com transtorno psíquico), agrava-lhes o sofrimento”. Para eles, a tentativa de autonomia é ineficaz, já que a discussão envolve pessoas sem controle de sua capacidade cognitiva.

Os dois lados têm suas convicções e crenças e influenciam opiniões. E é deles que a sociedade leiga recebe informações e pode-se optar por um dos lados, manter-se neutra ou fechar os olhos. A escolha está posta, porém o que os que vivem em sofrimento psíquico mais pedem é que sejam vistos sem o peso do preconceito



posto sobre seus ombros. Oferecem a-mão-de obra para a inserção no mercado de trabalho, oferecem a arte que produzem como objeto de comunhão com os demais, oferecem o desejo de vida que assolou seus antepassados presos atrás de muros altos e cercados de trancas. A luta é evidente e contínua, mas ela não depende só deles.

### **Histórias que se encontram**

Vanderli Tomaz questiona: “Quais os sintomas da normalidade, quem pode me dizer”. Julio César afirma que não acredita ser esquizofrênico, mas que adere ao tratamento porque todo mundo fala que ele possui a patologia. Shirley Eduarda se pergunta com regularidade qual a sua doença. Quando alguém responde que possui transtorno bipolar, ela fica indignada e afirma não ser assim. “Quem disse que eu sou bipolar?”. Ouve atenta a resposta de que foi seu próprio médico quem disse e então



aceita e começa a contar como adquiriu a bipolaridade.

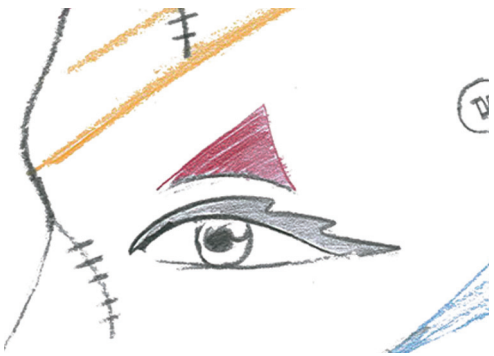
São três histórias de três histórias independentes, mas cada protagonista traz implícita na fala a rejeição da própria condição. Eles lidam com o poder do tempo: o tratamento pode ser temporário, a doença pode ser controlada, eles podem levar uma vida normal.

“Eu sei que não é qualquer um que, nas minhas condições, pode fazer o que eu faço”, confessa Vanderli. Julio só gostaria de deixar de ouvir as vozes que o importunam, que o levam ao álcool, que lhe pedem aquilo que não gostaria de fazer. Shirley gostaria que as coisas caminhassem na direção que se encontram: “Eu já sofri muito, mas agora eu sou uma pessoa muito feliz”. Cada qual no seu cantinho, eles seguem o caminho. A diferença é que puderam escolher os passos que deram.

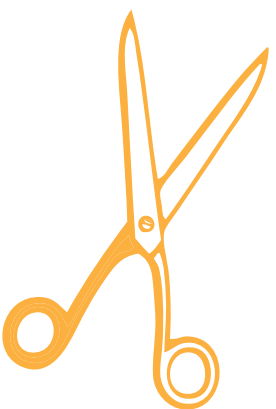


D A Y S E O L I V E I R A





# CAPÍTULOS





Impressões do outro  
lado

Descobertas surgem como uma pequena rachadura. Aparecem na nossa frente, desafiadoras, e deixam escorrer uma gota do líquido hipnótico que escondem. Entregam seu conteúdo aos poucos, num jogo sem fim. Jamais saberemos tudo que escondem no interior de seu cimento rachado. Faz parte do encanto que elas pretendem provocar em suas vítimas.

A cisão do concreto aconteceu quando o livro Canto dos Malditos me encontrou. A obra fez com que os primeiros pingos me atingissem e foram suficientes para despertar em mim uma ânsia por aprofundamento. Um universo começou a se mostrar naquele instante, e eu queria fazer parte dele. Passo a passo fui adentrando por ele, explorando seus cantos, conhecendo seus atalhos e os caminhos longos. Não conhecia reforma psiquiátrica ou luta antimanicomial. Nunca tinha ouvido falar de Nise da Silveira ou de sua importância para a construção de um novo olhar



sobre as pessoas com transtorno mental. A minha ignorância em relação ao tema foi importantíssima para caminhar ao centro, desvendando os diversos lados de uma mesma história.

Agendei a primeira visita ao Centro de Atenção Psicossocial Professor Luis da Rocha Cerqueira (Caps Itapeva). Não tinha experiência em lidar com pessoas em sofrimento psíquico e meu único contato em um hospital psiquiátrico – modelo bastante diferente do Caps – tinha sido no Complexo Hospitalar do Juquery, em Franco da Rocha. A visita tinha o objetivo de conhecer a população daquele que já foi considerado o maior manicômio do mundo. Mas só pude ver os internos através das grades já enferrujadas. Uma chamou a atenção quando gritou pedindo cigarros. Sua dor veio com a voz. Gostaria muito de ter tido algum para lhe dar.

Quando cheguei ao Caps só me pediram o número de meu Registro Geral (RG). A diferença já começava ali,



na entrada. Nada da tamanha burocracia do Juquery ou de ficar horas transitando sem conseguir alcançar o local buscado. “Eu procuro por Julia Catunda. Onde posso encontrá-la?”, perguntei ao segurança. Simpático, me acompanhou até o “Casarão” (devido à sua imensidão), onde acontecia a Oficina Experimental de Moda Dasdoida. Havia mais de uma dúzia de pessoas naquele dia. Lembro-me da Dani, do Vanderli e da Shirley. Julio não estava no meu primeiro dia.

A aproximação foi difícil, vagarosa. Eu tinha medo de falar sobre loucura e ofendê-los, tinha dificuldade de explicar minha presença ali (por que eles mereciam toda a pesquisa de um Trabalho de Conclusão de Curso?), de achar assuntos em comum. Mas, gradualmente, fomos nos soltando. Descobri que o Vanderli, por exemplo, é um leitor voraz e adora conversar sobre mitologia. Shirley é formada em Letras e gosta de contar suas experiências em sala de aula, além de adorar cantar para todos. Julio fala de baladas, de cemitérios, de farra. Cada um, com sua particularidade, tinha um universo a me apresentar e



eu tinha muita disposição para mergulhar neles.

O convívio ia me modificando, ensinando-me muitas coisas sobre eles, sobre relacionamento, sobre SER humano. A diversão reinou em todos os nossos encontros. Com o Vanderli, em especial, a aproximação foi ainda maior pelo fato de irmos juntos ao ponto de ônibus todas as segundas-feiras. Contava-me suas histórias, seu sonho de se tornar estilista, seus passeios nos fins de semana e os problemas que encontrava em casa. Lembro-me da primeira vez que me disse que ninguém acreditava no que ele dizia... Fiquei com medo da minha resposta, de não saber mediar o conflito.

A carência de atenção que tinham era evidente. Gostavam muito de ser ouvidos, de conversar, de serem valorizados como pessoas interessantes que são, nada muito além disso. Às vezes era difícil segurar o riso. Como da vez em que Vanderli foi me passar seu telefone e começou a pronunciar uma sequência sem fim de números. Depois de mais de uma dúzia de algarismos, avisei-o de que sobravam alguns. Foi quando ele tirou



a capinha que fica atrás do celular e mostrou o número escrito a caneta em uma etiqueta. Essas situações também permitiram que eu descobrisse que não precisava segurar o riso, afinal eu também era atrapalhada e provocava situações engraçadas da mesma forma. O olhar estava mudando.

Numa tarde em que teria a gravação de um documentário com alguns usuários do Caps, encontrei o Vanderli. Estava de folga e queria comprar um livro de Moda na Avenida Paulista. Fomos juntos, compramos o livro e passamos num fast food para lanchar. No retorno, pedi para conhecer meu local de trabalho.<sup>12</sup> Eu não soube dizer não. Adorou conhecer mais pessoas, brincou, integrou-se. Voltou no outro dia, o que já causou um pouco de transtorno, pois não podia parar meu trabalho para atendê-lo. Quando retornou no terceiro dia consecutivo, foi necessário alertá-lo de que era complicado receber visitas durante o expediente. Compreendeu e demorou

---

12 Trabalho no Jardim São Luis, bairro próximo do Vaz de Lima, onde Vanderli reside.



um pouco mais para voltar até lá.

O ponto limite que eu poderia pisar tive que descobrir sozinha. Precisou ser pisado para depois descobrir que deveria voltar e parar ali. A aproximação com Vanderli, por exemplo, fez com que ele projetasse em mim um sentimento que há muito não tinha: uma paixão. Quando percebi, tentei mudar, afastar... Enfim, minimizar os problemas. Um dia, na saída da Oficina, contou-me o que estava sentindo e perguntou: “Você quer ser a minha musa inspiradora?”. Não sabia lidar com a situação, então respondi: “Acho que não tenho esse perfil, não tenho corpo e nem jeito para manequim. É melhor escolher outra amiga”. Mudei de assunto e aquilo foi temporariamente esquecido.

Passei a ser conselheira e confidente. Gravou uma briga do irmão para que eu pudesse vê-lo quebrando móveis em casa depois de ter se alcoolizado. Queria morar sozinho, queria viajar. Eu começava a fazer parte dos planos dele. Senti que era o momento de dizer que eu não estaria lá para sempre, que ao fim do meu trabalho



não teria como acompanhá-los todas as semanas. Respondeu que não queria mais ficar longe de mim e que eu era sua melhor amiga. Fiquei sem saber que caminho tomar mais uma vez. Para alguém fechado como ele, era um progresso e tanto.

Certa vez, contou-me que estava tentando parar de tomar o medicamento. Assustei-me. Acabei dando bronca nele por ter medo de que reações seu corpo poderia ter pela falta da droga. Expliquei que ele não podia simplesmente decidir parar, que a medicação era parte do tratamento prescrito pelo médico e que só ele podia modificar as dosagens. O conselho veio imediato por conta de meu conhecimento da experiência de um esquizofrênico que deixou de tomar medicamento, orientado por uma evangélica que lhe prometeu que Deus providenciaria a cura, e, que por consequência, teve a pior crise de sua vida por conta da abstinência. Vanderli retomou o tratamento.



## Apenas um ponto de apoio

Com Julio, embora a proximidade tenha sido menor, foi necessária uma mediação maior, uma interferência médica no processo. Julio, como você já descobriu leitor, é usuário de drogas. Quando fizemos a primeira entrevista, ele não quis ser fotografado. Gostaria que eu esperasse até que ficasse pronto um sobretudo que estava costurando. Acordamos que ele me avisaria assim que terminasse o trabalho, para eu fizesse as fotos. Pediu meu telefone e eu não vi problemas em dar – entendo que para construir uma relação é necessário também criar segurança no outro.

Passaram-se alguns dias até que ele desse o primeiro sinal. Eu estava no ônibus, voltando da aula, quando minha mãe me ligou e disse: “Tem um cara ligando sem parar aqui em casa, a cobrar, querendo falar com você. O nome dele é Julio”. Fiquei com medo do que poderia estar acontecendo, mas ele não possui



telefones – me ligava de um orelhão. Eram mais de 23 horas quando eu cheguei e ele ainda insistia em falar comigo. Contou-me o fato: havia discutido com a Dra. Julia e queria que eu fizesse a mediação do conflito, pois precisava dos cliques que ela o ajudava a gravar<sup>13</sup>. Por ora, eu apenas disse que conversaria com a médica e pedi que ele tivesse paciência. Alguns dias depois, mais calmo, ele próprio a procurou e ficou tudo certo.

Ligou mais algumas vezes para saber se podia ajudá-lo com dinheiro para cigarros. No dia da entrevista, chegou mais de meia hora antes no local combinado – estação de metrô Vila Madalena – e já não aguentava mais de tanta ansiedade. De lá ainda precisávamos pegar outro ônibus para chegar à pensão onde mora. Julio disse: “Sabe como é... Estou te ajudando com seu livro e não estou cobrando nada. Será que você podia me pagar um cigarro?” Achei engraçada a sua sinceridade e respondi de imediato: “Claro”. Enquanto caminhávamos, após

---

13 Julio posta algumas de suas músicas no site de compartilhamentos de vídeos *You Tube*.



descer do ônibus rumo à padaria em que compraríamos a carteira de cigarros, Julio me contou que estava ouvindo mais vozes nos últimos tempos. Contou que elas o atormentavam. Eram vozes de suas ex-namoradas pedindo que ele não se envolvesse com ninguém. “Elas me pedem para bater em outras mulheres”. Meu corpo reagiu com medo imediato. Comecei a luta para controlar minhas reações, para que ele não percebesse. Lembrei da conversa em que ele me contou que tentou matar a mãe uma vez, antes de resolver morar sozinho.

O trabalho de ressignificar o olhar aconteceu primeiro comigo. Sabia do risco de ficar sozinha com ele num quarto de pensão com as portas fechadas. Meu corpo reagia com medo e eu entendia que isso era natural. Era parte da construção social em que eu estou inserida. Precisei teimar, convencer-me de que o risco era o mesmo que corria com qualquer outro desconhecido com quem eu ficasse trancada. Com o tempo, o medo foi embora e deu lugar à segurança que um relacionamento traz. Ainda na pensão, sentados na cama, Julio pergunta se



tinha como ajudá-lo, pois os remédios o estão deixando impotente. Disse a ele para não se preocupar com isso e perguntar ao médico. Mudei o assunto em seguida por receio de não saber lidar com suas dúvidas sexuais.

Outra dificuldade com Julio era não cair no discurso maternal, com conselhos de vida para suas ações. Ele próprio gera a renda que consome em forma de bebida alcoólica, cigarros (quase sempre são comprados por sua mãe) e até algumas outras drogas. Sai na rua e vende seus livros a R\$ 10 a unidade (às vezes por R\$ 5, quando está mais necessitado de dinheiro). Segundo ele, consegue vender uma média de dez por dia. No entanto, os R\$ 100 arrecadados se modificam rapidamente para seu consumo. “Eu não tenho juízo, Dayse”, diz, arrependido por ter desperdiçado seu trabalho. Na dúvida entre dar bronca e invadir um espaço que não me pertence ou ser conivente com isso, prefiro calar e levar a frustração para o Caps. Os médicos saberão melhor conduzir.



## Consolidação da mudança

Depois de visitar a casa de Shirley Eduarda – foram quase quatro horas para conseguir chegar ao local – nos reencontramos nos corredores do Caps. “Precisava mesmo falar com você”, disse assim que me viu. “Eu queria te pedir desculpas por não ter te dado nada para comer naquele dia, mas só fizemos compras no dia seguinte. Quero que você vá lá outra vez para que eu faça almoço ‘pra’ gente”. A simplicidade, a simpatia, o relacionamento conquistados estavam à minha frente.

Impossível sair igual, ou sequer parecida, à forma que entrei pela primeira vez no Centro de Atenção Psicossocial. Recordo-me de uma usuária do Caps que passou pela Oficina, no segundo dia em que fui até lá e disse que tinha a cabeça “bolhada”, referindo-se à quantidade de pensamentos que nutria. Instantaneamente, Márcia Pompermayer virou-se a ela e disse: “Que bom!”. Não entendia muito bem o benefício de carregar um estigma



tão forte, de carregar centenas de anos de uma história de preconceito. O ensinamento veio por meio da convivência.

Foram todos muito receptivos. Aceitaram minha presença (desconhecida) sem nenhum questionamento, incluíram-me no grupo e me deixaram ser parte do processo. Fizeram questão de me ensinar a costurar, bordar, pintar. Deixaram-me livre, pois aprenderam que a liberdade é a essência dos relacionamentos – e é como desejam se sentir: livres.

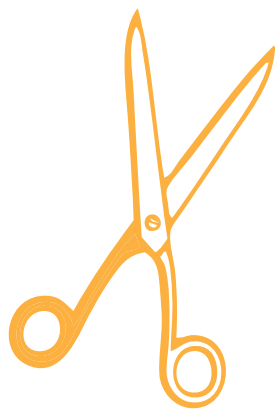
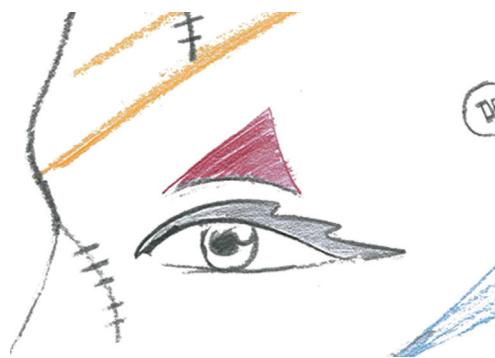
Dei-me conta da minha mudança quando, sem perceber, estava sentada num ponto do ônibus conversando com um mendigo que falava sozinho. Quando, no Rio de Janeiro, abraçava sem medo e sem esforço algum a um esquizofrênico grave, frequentador da Casa das Palmeiras. Quando consegui tirar da minha vista as escamas que me faziam ter pena e pude, então, enxergar o real sentido da luta que eles travaram.

Era preciso significar para mim, ganhar sentido na minha vida, antes que eu pudesse executar o presente



trabalho para você, leitor. Digo que a Dayse que entrou pelos portões do Caps Itapeva saiu diferente, com olhos novos. “Putz, é isso”, exclama Julia Catunda. “Quando a gente fala em terapêutico é isso. Essa transformação das pessoas foge do nosso controle”. Ainda bem que assim é!







# (Des)Construção do jornalismo

O jornalismo tradicional não se encaixou a toda essa “louca” aventura. Foi preciso mudar de forma, mudar as regras e adaptar o modelo às fontes que guiariam a história. Nenhuma técnica de entrevista poderia prever que durante a conversa com Júlio César, por exemplo, seria necessário interromper o bate-papo por conta de seu enorme esforço em responder as questões. Ele já não aguentava mais, porque era uma situação que envolvia pressão, envolvia lembranças do processo que o rotulou como louco.

Foi complicado também quando Shirley Eduarda, sentada em um banquinho de madeira em frente à lojinha que toma conta, no interior do Centro de Atenção Psicossocial Professor Luis da Rocha Cerqueira, começou a chorar compulsivamente após lembrar o episódio em que foi agredida por um médico. Pedir para uma pessoa com transtorno bipolar relembrar fatos que desencadearam em sua patologia transcende o objetivo de uma boa reportagem e vai além do saber como perguntar. Exige sensibilidade e respeito ao outro, ainda que isso possa



comprometer o resultado final do trabalho.

De um lado, há o compromisso enquanto comunicador que precisa de informações completas e verídicas para desenvolver seu texto e atingir seu público. E isso significa acreditar que estas informações surtirão efeito sobre o leitor e, portanto, encadeará em mudanças em seu olhar. Significa acreditar na mudança por meio da escrita. Do outro lado, no entanto, está o lado humano do profissional, impossível de ser esquecido durante o processo de entrevista. E este é o lado do bom senso, dos limites humanos. É o lado que avisa que invadir as fronteiras para mergulhar no outro pode não ser o melhor caminho para se conseguir uma matéria. E as consequências podem ser desastrosas.

Foi entre soluços que o médico responsável por acompanhar o tratamento de Shirley a encontrou, de mãos no rosto e muitas lágrimas nos olhos. Ofereceu água e pediu para que mudasse o assunto, para que evitasse lembrar temas que a machucassem. Era seu aviso para que a entrevista fosse encerrada, afinal aquilo poderia



desembocar numa crise e, portanto, numa regressão em seu estado clínico. Pausa estabelecida em nome do bom senso, mais uma vez.

Outro imprevisto que exigiu sensibilidade do lado humano foi a construção de vínculo com os participantes da Dasdoida. O convívio durante as oficinas, a conversa informal, o interesse a respeito das produções que desenvolviam foi essencial para que a confiança surgisse e eles confidenciassem a uma estranha pedaços importantes de suas histórias. As primeiras conversas e tentativas de entrevistas resultaram em respostas monossilábicas, com cercas claramente postas.

O exercício do jornalismo exigiu tempo para que os primeiros resultados comesçassem a surgir. E aconteceu tendo a informalidade como aliada. Informações da família do Vanderli chegavam meio a tintas coloridas postas sobre a mesa de madeira. Shirley ia contando fatos e cantando suas canções preferidas. Julio acendia seus cigarros e contava de suas baladas noturnas. As perguntas nem sempre eram necessárias. Como amigos, eles gostam

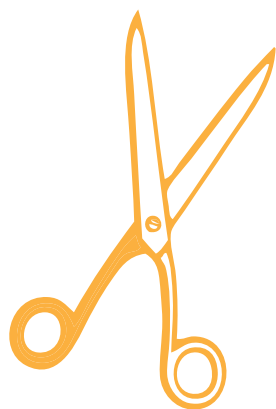
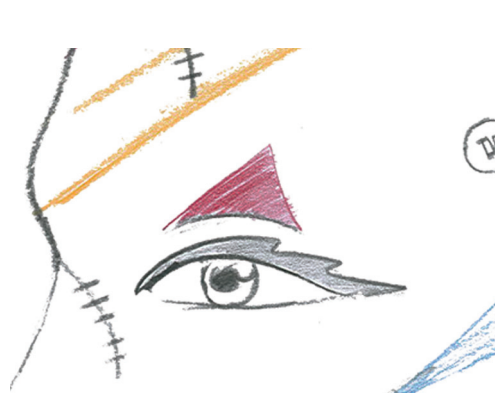


de abrir a portinhola que dá acesso ao universo particular.

A convivência trouxe também outro benefício. Só por meio dela era possível compreender a organização do raciocínio de cada integrante, a mistura que faziam com alguns fatos e quais lentes utilizavam para ver a realidade comum a todos. Importante frisar que mesmo aquilo que é considerado delírio, não deixa de ser a realidade vivenciada por eles, uma maneira de se relacionarem com o mundo.

A comunicação jornalística exige do comunicador distanciamento do objeto a ser estudado. Exige isso em nome de uma almejada imparcialidade, da importância do olhar sobre as diversas faces de um mesmo ponto. Para que fosse possível construir a presente reportagem, no entanto, a aproximação era fator primário para a coleta de material. O jornalismo tradicional não se encaixou. A nova forma, leitor, você acabou de conferir.





D A Y S E O L I V E I R A



# Fotografias



Da esquerda à direita: Daniela Moraes, Lígia Saad e Aparecida de Toledo, integrantes da Dasdoida, brincam nos bastidores antes de desfilarem

Vanderli Tomaz, enquanto se prepara para desfilarmos na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo



A camisa de força é peça na coleção 2010 da Dasdoida, simbolizando a luta contra os maus tratos



Shirley Eduarda, após ter sido maquiada, exhibe seu colar constituído de zíperes



Com o fantoche que a acompanha a cada desfile, Lígia Saad brinca com a câmera

A psiquiatra Julia Catunda é componente da mesa de debate, cujo tema é Reforma Psiquiátrica e as novas tecnologias psicossociais





Integrantes da Dasdoida durante os preparativos para o desfile, em São Bernardo do Campo

Aleçandro Dasdoida, voluntário do grupo, discursa na abertura do desfile no Teatro Elis Regina, durante a I Conferência Municipal de Saúde Mental, em SBC





Usuários do Caps durante processo de “esquisitização” de roupas, nos encontros de segunda-feira

Julio César traça seu sobretudo, confeccionado recentemente para que possa utilizar na gravação de uma de suas músicas, no Caps Itapeva





Porão do Caps, onde os integrantes fazem o processo de silk screen nas roupas, às quintas-feiras





O Museu de Imagens do Inconsciente, no Rio de Janeiro, dentro do Instituto Municipal Nise da Silveira apresenta as obras pintadas por seus frequentadores



Manto confeccionado pelos usuários Daidoida, em alusão ao produto elaborado por Arthur Bispo do Rosário



Casa das Palmeiras: organização com a filosofia de portas abertas é rodeada de cercas e grades





Salão e fachada do Bar Saci, no bairro paulista de Perdizes, que funciona como laboratório de geração de renda por usuários da Saúde Mental



Orgulhoso,  
Vanderli Tomaz  
mostra como  
“esquisitizou”  
uma calça legging,  
com canetinhas  
próprias para  
tingir tecido



Alejandro Dasdoida faz o acompanhamento dos presentes e,  
encarregado da organização, anota os próximos eventos em seu  
caderno





Fachada do Casarão, entre palmeiras, local onde a Dasdoida acontece às segundas-feiras

Vanderli Tomaz mostra seu gingado de capoeirista no jardim do Caps Itapeva



Manoel Moura,  
usuário do Caps,  
prepara-se para  
descer a rua  
Teodoro Sampaio,  
durante a Parada  
do Orgulho Loko



Shirley Eduarda  
canta durante a  
entrega do Prêmio  
Carrano de Luta  
Antimanicomial e  
Direitos Hu-  
manos, na praça  
Benedito Calixto,  
em São Paulo





Integrantes da Dasdoida trabalham com o olhar social em movimentação na rua Teodoro Sampaio, em São Paulo





Conjunto de fotografias de Shirley Eduarda, em sua residência, ilustra alguns marcos importantes em sua caminhada





Julio César aguarda o momento de cantar, na praça Benedito Calixto; e na entrada de seu quarto, mostrando o sobretudo que costurou



Em meio a tecidos e botões, Vanderli Tomaz desenha, em papel branco, figuras que posteriormente serão utilizadas nas vestimentas



Julio César traja seu sobretudo, confeccionado recentemente para que possa utilizar na gravação de uma de suas músicas, no Caps Itapeva





A terapeuta ocupacional, Márcia Pompermayer, escolhe uma das estampas para utilizar na oficina de silk screen; Grupo reunido conversa enquanto produz novas peças para os próximos desfiles



## Bibliografia

- AMARANTE, Paulo. Loucos Pela Vida. A Trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil. 2. ed. São Paulo: Fiocruz, 2003
- ASSIS, Machado de. O Alienista. In:\_\_\_\_\_. Contos Escolhidos. São Paulo: Klick, 1999
- BASAGLIA, Franco. A Instituição Negada. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1991
- BUENO, Austregésilo Carrano. Canto dos Malditos. Rio de Janeiro: Rocco, 2001
- COOPER, David. Psiquiatria e Antipsiquiatria. São Paulo: Perspectiva, 2001
- FOUCAULT, Michel. História da Loucura. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002
- GOFFMAN, Erving. Manicômios, Prisões e Conventos. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999
- GULLAR, Ferreira. A Arte na Cura. Percepção e Revelação do Inconsciente. São Paulo: Antônio Bellini, 2000
- \_\_\_\_\_. Nise da Silveira. Uma Psiquiatra Rebelde. Rio de Janeiro: Rio Arte, 1996
- \_\_\_\_\_. Psiquiatria. São Paulo, SP, 2009. Época, nº 576, p. 72-81, junho 2009, entrevista concedida a Cristiane Segatto, Ivan Martins, Andres Vera, Marcela Buscato e



Mariana Sanches.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. Normas da ABNT. 4. ed. Curitiba: Juruá, 2010

LIMA, Edvaldo Pereira de. O que é Livro-reportagem. São Paulo: Brasiliense, 1993

LIMA, Edvaldo Pereira de. Páginas Ampliadas. O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. 4. ed. São Paulo: Manole, 2009

MEDINA, Cremilda de Araújo. Entrevista. O Diálogo Possível. 4. ed. São Paulo: Ática, 2001

MELO, Walter. Nise da Silveira. Rio de Janeiro: Imago, 2001

\_\_\_\_\_. Maceió é uma Cidade Mítica: o Mito da Origem em Nise da Silveira. São Paulo, 2007. 101-124 p. Artigo. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

MELLO, Luiz Carlos. Nise da Silveira. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2009

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Os Centros de Atenção Psicossocial. Brasília: 2004

SILVA, Anthonio e Silva. Arthur Bispo do Rosário. Arte e Loucura. 2. ed. São Paulo: Quaisquer, 2003

SILVEIRA, Nise da. O Mundo das Imagens. Rio de Janeiro: Ática, 1992

TAVOLARO, Douglas. Casa do Delírio. 3. ed. São Paulo: Senac, 2001



TENÓRIO, F.: A reforma psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: história e conceito. História, Ciências, Saúde . Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. 9(1):25-59, jan.-abr. 2002.

Filmes:

A CASA dos mortos. Direção de Débora Diniz. Brasília.

Documentário, 24 m. 2009.

UMA MENTE brilhante. Direção de Ron Howard. EUA.

DreamWorks Distribution L.L.C., Universal Pictures, UIP, 2001. DVD.

BICHO de sete cabeças. Direção de Laís Bodanzky. Rio de Janeiro.

Buriti Filmes, Dezenove Som e Imagens e Gullane Filmes. Sony Pictures, 2002. DVD.

ESTAMIRA. Direção de Marcos Prado. Rio de Janeiro. Rio Filme, Zazen Produções Audiovisuais, 2006. DVD.

ILHA do medo. Direção de Martin Scorsese. EUA. Paramount Pictures Brasil, 2009. DVD.

